

Línguas africanas e português falado no Brasil

Emilio Bonvini

O debate

A relação entre o português falado no Brasil e as línguas africanas atraiu a atenção dos estudiosos pelo menos desde o início do século XIX. Primeiramente pressuposta, depois afirmada, em seguida matizada ou negada, ela foi objeto de um vivo debate, desenvolvido, sobretudo no século XX, em termos seja de “influência”, seja de “semicrioulização” ou ainda de “crioulização”. Geralmente, essa relação foi concebida unidirecionalmente, indo das línguas africanas para o português, encarando-se as primeiras quase exclusivamente em relação à língua portuguesa e, ademais, sob um ângulo pejorativo, como um fator potencialmente danoso, suscetível de trazer prejuízo à integridade da língua herdada desde a época dos descobrimentos no século XVI. Para compreender melhor esse debate, convém traçar seu histórico.

É na segunda metade do século XIX que o problema das influências das línguas africanas no português falado no Brasil é claramente enunciado. Cabe a Nina Rodrigues (*Os africanos no Brasil*, redigido entre 1890 e 1905, mas publicado somente em 1932) o mérito de tê-lo formulado de maneira precisa, mas também de tê-lo contextualizado em relação aos trabalhos científicos da época, particularmente os de Macedo Soares (1880-1886) e de João Ribeiro. Este último, em seu *Dicionário gramatical* (1897), no verbete *Elemento negro*, tinha-se já exprimido a respeito do assunto:

Sob a denominação de *Elemento Negro* designamos toda espécie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influência das línguas africanas pelos escravos introduzidos no Brasil. Essas alterações não são tão superficiais como afirmam alguns estudiosos; ao contrário, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma (1897: 219).

Rodrigues apóia-se nesse texto, mas acentua mais nitidamente suas implicações:

... não tem crédito a errônea suposição de que fosse quase nula a influência das línguas pretas no falar brasileiro, quando muito se limitando a legar ao português alguns termos africanos. Menos nessa riqueza de vocabulário do que nas construções sintáticas e modos de dizer, se deve buscar a origem de numerosos desvios populares brasileiros do genuíno português da velha metrópole (1932: 125).

E conclui com um verdadeiro programa de pesquisa a efetuar no Brasil:

A solução do problema lingüístico no Brasil reclama, pois, a inversão dos termos em que geralmente o temos visto posto até hoje. Não se trata de conhecer a lingüística africana pelo estudo aprofundado das línguas dos escravos importados. Cessado o tráfico, tornou-se isso quase inexecutável. Trata-se, em primeiro lugar, de saber quais foram as línguas africanas faladas no Brasil e, em segundo lugar, tomando conhecimento dos modernos estudos sobre elas realizados na África, apreciar a influência que exerceram sobre o português falado no Brasil (1932: 126).

Confessando, entretanto, com toda a honestidade, sua falta de preparo para abordar essa segunda parte, ele limita sua contribuição ao inventário das línguas africanas faladas no Brasil.

No século XX, o debate sofreu uma série de deslocamentos temáticos. Num primeiro momento, passou-se do problema da “língua brasileira” para o da “língua portuguesa”. Num segundo, abandonou-se o tema da “influência africana” a fim de concentrar-se no da “crioulização”. Finalmente, por volta do fim do século, sobretudo no Brasil, contestou-se a existência de um processo de crioulização e optou-se seja por uma “deriva trazida da Europa”, seja por uma situação resultante de um emprego oral.

A língua brasileira vs. a língua portuguesa

A problemática da relação entre as línguas africanas e o português do Brasil (PB), no século XX, colocou-se desde os anos 30. Desde o começo, buscou-se evidenciar a participação daquelas na constituição da variante brasileira do português. Esse debate desenvolveu-se em dois planos independentes, o lingüístico e o ideológico, prolongando assim as preocupações nascidas por ocasião da independência do Brasil em 1822. Tratava-se, na época, de marcar a diferença entre o Brasil e Portugal. A ideologia nacionalista orientou então os estudos lingüísticos na direção da pesquisa dos elementos autóctones diferenciadores, engendrados pela presença das línguas indígenas e africanas. Os intelectuais da nova nação deveriam trabalhar na descoberta dessa especificidade e, a despeito do fato de que a maioria deles não era lingüista ou estava pouco preparada para essa tarefa, seus trabalhos tiveram uma grande ressonância nos meios acadêmicos.

No que concerne às línguas africanas, como já se viu, podem-se distinguir dois momentos, que correspondem a dois tipos de análise: o primeiro é caracterizado pela afirmação da influência africana no PB, e o segundo, pela hipótese da crioulização do português do Brasil em contato com as línguas africanas.

Influência africana vs. criouliização

Dois textos, publicados em 1933, inauguram o debate. O primeiro, *A influência africana no português do Brasil*, de Renata Mendonça, traça o itinerário da origem, banta ou sudanesa, dos africanos transplantados para o Brasil e apresenta uma exposição sumária da gramática das línguas africanas, assim como um inventário de palavras e de particularidades do português do Brasil que o autor considera de origem africana. O segundo, *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Jacques Raimundo, segue o mesmo esquema, baseando suas observações numa pesquisa mais precisa sobre as línguas africanas. Com exceção de algumas diferenças de detalhes de suas exposições, os dois concluem que a maior parte dos aspectos característicos do PB se deve à influência das línguas africanas, principalmente o quimbundo e o iorubá.

No final dos anos 30, a questão da denominação da língua nacional já fora esvaziada. A nova política da educação, no domínio da língua, considerava língua portuguesa a denominação da língua falada no Brasil. Como nota Pinto, “dentre as conseqüências da nova política educacional, de convergência de esforços públicos e privados, que no campo da língua consistia na sustentação da ortodoxia, porém mediante a renovação das metas, dos métodos e dos processos, ressalta o esvaziamento definitivo, ao fim do período 20-45, da velha questão da língua brasileira” (1981: XXXIX). A formação gramatical e literária dos antigos defensores da denominação língua brasileira, que freqüentemente apelavam para dados extralingüísticos a fim de explicar fatos de língua, deu lugar à formação propriamente lingüística, que começou nos anos 30. Os trabalhos com caráter científico produzidos pelos novos pesquisadores sublinhavam a unidade cultural e lingüística luso-brasileira, sendo a língua concebida como o reflexo e a expressão da cultura. Melo resume essa nova posição:

A verdade é que os elementos portugueses de nossa cultura foram elaborados, amalgamados com os elementos indígenas e negro-africanos, além das influências mais recentes de outros fatores. Mas é certo que o elemento português prevaleceu, *dando uma nota mais sensível de europeidade a nossa cultura* (sublinhado pelo autor) (1946: 29).

Nesse novo contexto, tornava-se obsoleto insistir sobre as diferenças resultantes das influências não européias. O importante era fundar essa unidade lingüística, expressa na fórmula *unidade na diversidade*.

Silva Neto (1950), Melo (1946) e Elia (1940), eruditos de sólida formação filológica, reexaminam a influência africana. Diminuem sua importância e introduzem, no debate, a hipótese da criouliização, tema tratado pela primeira vez pelo português Adolfo Coelho (1880), que classificou o PB com os crioulos afro-portugueses, definindo-os como dialetos do português europeu.

Silva Neto (1950) sustenta que no Brasil houve somente falares africanos episódicos, crioulos e semicrioulos, que eram apenas uma deformação e uma

simplificação do português. Seus vestígios atuais são os dialetos rurais. Foi a ascensão social do mestiço que transformou o português padrão em ideal lingüístico e levou ao desaparecimento dos crioulos e semicrioulos.

Melo (1946) desenvolve um aspecto apenas levemente tocado por Silva Neto, a idéia de que aquilo que a presença africana faz é somente acelerar as tendências latentes da língua portuguesa. Inspirado pelo conceito de deriva de Sapir, Melo desqualifica os aspectos crioulistas que teriam um correlato românico ou pertenceriam a uma fase arcaica da língua, pois eles refletiriam o desenvolvimento ou a manutenção de um aspecto interior do português, independente de toda influência externa.

Silvio Elia (1979: 142-147) estabelece uma oposição conceptual entre crioulo e semicrioulo. Este seria um estágio preparatório para o crioulo, uma língua mista. Não teria havido crioulos no Brasil, somente semicrioulos, cuja característica era ser apenas uma simplificação da língua portuguesa. Como o português não integrou traços das línguas africanas, não sofreu influência delas; a situação de contato não produziu fusão de cultura, que seria ligada aos crioulos, ela simplesmente provocou a assimilação de uma cultura por outra, o que estaria ligado aos semicrioulos.

Castro (1976, 1980) repropõe a questão da influência em termos lingüísticos e culturais, partindo do princípio de que a presença maciça de falantes nativos de línguas negro-africanas na população brasileira da época da Colônia e do Império devia fatalmente deixar traços lingüísticos. Ela admite uma influência africana no português do Brasil, mas não o considera um crioulo, pois o português do Brasil é desprovido de traços formais suscetíveis de ser comparados aos crioulos falados nas antigas colônias inglesas, francesas e holandesas do Caribe.

Mais recentemente, lingüistas estrangeiros, os norte-americanos G. Guy (1981, 1989) e J. Holm (1987), reavivaram o debate sobre a hipótese de crioulistização do PB.

Guy (1981, 1989), trabalhando no quadro da teoria variacionista, analisou as diferenças existentes entre o português popular do Brasil e o português padrão. Concluiu que essas distinções não se devem a uma evolução lingüística natural, mas mostram um processo de crioulistização que teria ocorrido no passado, deixando, entretanto, traços no presente. Suas conclusões baseiam-se em dados morfossintáticos, mais precisamente na variação da concordância de número entre sujeito e verbo e entre substantivo, adjetivo e determinante.

John Holm (1987), apoiando sua análise em dados comparativos de diferentes crioulos de base ibérica, considera o português do Brasil como um semicrioulo. Ele faz um estudo comparado das expressões idiomáticas do *português vernacular brasileiro* (PVB), “língua normalmente falada pelos brasileiros do estrato social mais baixo com pouca instrução” (1994: 51), e de línguas africanas e crioulos. Segundo o autor, essa prova léxico-semântica confirma as conclusões de seus estudos morfossintáticos anteriores: a existência de um paralelismo entre as expressões do PVB e das línguas

africanas “é consistente com o crescente consenso de que o PVB é um semicrioulo, ou seja, uma língua que resultou de um prolongado contacto entre uma língua crioula e uma não-crioula” (1994: 59).

Guy e Holm encontram apoio para suas teses em dados sócio-históricos, mais precisamente demográficos. O Brasil absorveu aproximadamente 40% dos escravos transportados para as Américas, isto é, cerca de 3,6 milhões de indivíduos; a abolição no Brasil só ocorreu tardiamente, em 1888. Em certas regiões, houve concentrações demográficas afro-brasileiras bastante elevadas, de maneira que, em certos períodos, a população afro-brasileira era nitidamente superior à europeia.

Partindo da mesma posição teórica de Guy e Holm, Alan N. Baxter, especialista em crioulos de base portuguesa, conduz, em 1987/1988, uma pesquisa junto a uma comunidade afro-brasileira de descendentes de escravos, perto de Helvécia, no sul da Bahia, cuja particularidade já tinha sido observada por Ferreira (1969). Resultados preliminares desse trabalho (1992) evidenciam traços morfossintáticos que não se encontram na maior parte dos dialetos rurais: (i) o emprego das formas da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo para indicar estados e ações pontuais e contínuos que se situam no passado; (ii) o emprego variável das formas da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo em contextos nos quais se utilizam normalmente as formas do infinitivo; (iii) marca variável da 1ª pessoa do singular; (iv) dupla negação; (v) variação da concordância de número e de gênero no SN; (vi) proposições relativas sem pronome; (vii) presença variável do artigo definido no SN com referência definida.

Segundo Baxter, as conclusões desse estudo indicam que: (i) o dialeto de Helvécia apresenta traços que sugerem um processo irregular de aquisição e de transmissão de língua do tipo característico das línguas crioulas; (ii) o sistema verbal encontrado nos dialetos rurais do português do Brasil pode ser derivado de dialetos como o de Helvécia, desenhando assim um processo de descrioulização. Para que essas conclusões possam contribuir para compreender a configuração e as tendências atuais da língua falada na zona rural brasileira, o autor preconiza a necessidade de pesquisar a existência e a extensão desses fatos em outras comunidades, situadas em outros pontos do território brasileiro. Esses estudos poderão assim explicar a distância que separa os dialetos rurais do português padrão e a orientação dos processos de mudança que se encontram na zona rural.

Contestação

Numa direção oposta à da criouliização e à da influência das línguas africanas no português do Brasil, estabelece-se a argumentação de Naro. Em dois artigos (1973a; 1978), ele abordou a realidade histórica dos pidgins, formados, de seu ponto de vista, a partir de uma simplificação pelos falantes adultos da língua de base, com vistas a facilitar a comunicação com os falantes não nativos. Sua conclusão funda-se na

reconstrução da origem do pidgin português que teria servido de base para os crioulos portugueses. Segundo Naro, o pidgin português ter-se-ia formado na Europa e os portugueses tê-lo-iam ensinado aos falantes de línguas africanas. Por essa razão, afasta-se a hipótese de uma influência do substrato das línguas africanas na formação do pidgin português e dos crioulos que dele derivaram.

A contestação da existência de um processo de criouliização do português apresentada por Naro também se funda em argumentos extralingüísticos, entre os quais se assinalam: (i) a preexistência da uma “língua geral”, que inibiu o desenvolvimento de um crioulo e (ii) a ausência de mistura de diversas populações africanas de línguas diferentes, havendo, ao contrário, uma concentração majoritariamente *iorubá* na Bahia e *banta* nos outros estados, o que não poderia favorecer a constituição de crioulos.

Deve-se a retomada recente do debate sobre a criouliização do PB a Fernando Tarallo, por meio do texto “On the Alleged Creole Origin of Brazilian Portuguese: Untarget Syntactic Changes”, apresentado no ateliê “Créole Located in Time and Space” (LSA Institute, CUNY, New York, 1986) e publicado no Brasil em 1993. Tarallo considera pouco provável a hipótese da criouliização, porque, se o português brasileiro se originasse realmente de um crioulo de base portuguesa, ele deveria ainda situar-se na fase da descriouliização, prosseguindo na direção da língua-alvo, o português europeu. Entretanto, as mudanças sintáticas caminham no sentido contrário, isto é, no sentido de um distanciamento do português europeu. Ele conclui afirmando que a rigidez da língua escrita padrão manteve bastante próximos os dialetos português e brasileiro. São as gramáticas da língua falada que mostram que este tomou caminhos diferentes.

A presença africana no PB, interpretada como um fator de criouliização, não recebeu boa acolhida da parte dos lingüistas brasileiros. O texto de Tarallo não provocou nenhuma réplica, somente uma resposta favorável, o trabalho de Naro e Scherre (1993: 437-454). Nesse artigo, os autores defendem que o português popular do Brasil resulta de uma “convergência de causas”: (i) reconhecem a participação de aloglotas, mas afirmam que ela não chegou a constituir uma língua mista de português e de línguas indígenas ou africanas, de modo a justificar a existência de um pidgin ou crioulo; (ii) suspeitam, no entanto, que “a pidginização em si, quase endêmica no Brasil desde o início da Colônia (e antes, tanto no caso da ‘língua de preto’ da Europa e, provavelmente, das línguas gerais tupi e africanas), tenha influenciado no desenvolvimento do português brasileiro” (1993: 441); (iii) sublinham como sendo mais significativo que “o impulso motor do desenvolvimento do português do Brasil veio já embutido na deriva secular da língua de Portugal. Se as sementes trazidas de lá germinaram mais rápido e cresceram mais fortes é porque as condições, aqui, mostraram-se mais propícias devido a uma confluência de motivos” (1993: 450). Em trabalho recentemente publicado, os autores reiteram essas afirmações, apoiados em

fatos lingüísticos observados nas línguas românicas e em resultados de pesquisas sobre a variação de número na concordância nominal no Brasil (2007: 25-47).

Esse debate, que já conta com mais de um século, está longe de acabar. As formulações sucessivamente propostas, umas depois das outras, modificadas ou rejeitadas, fazem transparecer o caráter claramente indeciso do caminho, assim como a incerteza quanto aos resultados. Tudo não parece ultrapassar o estágio das hipóteses. Impõe-se, por conseguinte, a necessidade de um prosseguimento da pesquisa, desde que ela seja conduzida por novas perspectivas teóricas e, sobretudo, por dados suplementares devidamente estabelecidos.

Diversas questões parecem, com efeito, emergir desse percurso. A primeira concerne à profundidade histórica e à extensão dos dados utilizados para apoiar hipóteses formuladas uma depois da outra (“língua brasileira” vs. “língua portuguesa”; “influência” vs. “crioulização” vs. “deriva”). No que diz respeito à história, esperar-se-ia encontrar fatos precisos, devidamente identificados e datados, suscetíveis de servir de “provas” históricas. Infelizmente não é esse o caso. Essa carência diz respeito, sobretudo, às línguas africanas, que se presume ser o ponto de partida, senão a causa, da inflexão dada ao português. É surpreendente a ausência de dados históricos relativos à presença e à identidade efetiva de línguas africanas faladas em solo brasileiro. Tal falta de dados precisos, historicamente verificados e datados concernentes às línguas africanas, retira todo valor probatório das hipóteses, aliás, formuladas muitas vezes de maneira repetitiva, fazendo delas apenas conjecturas de trabalho.

A segunda interrogação incide sobre o “espaço” lingüístico considerado, a saber, o português falado no Brasil. A hipótese da relação das línguas africanas com o português é geralmente vista, levando-se em conta exclusivamente o Brasil. Por isso, o português é freqüentemente tratado como uma peça lingüisticamente destacada, desconectada do português falado em outros lugares, em particular do português falado na África dita lusófona. Esse fechamento, que conduz a considerar a língua portuguesa falada no Brasil como uma “ilha”, é historicamente inexato. Com efeito, os contatos entre a língua portuguesa e as línguas africanas tiveram lugar seja previamente, seja paralelamente, tanto em Portugal quanto na África, durante pelo menos cinco séculos.

A terceira questão diz respeito à metodologia utilizada. Quando se aproximam as línguas africanas e a língua portuguesa, seja no caso de opção pela “influência” ou pela “crioulização”, a argumentação apóia-se freqüentemente em dados léxico-semânticos ou morfossintáticos, às vezes em ambos. Sobretudo quando se trata destes últimos, parece justificável interrogar-se sobre a legitimidade do procedimento que consiste em utilizar critérios tipológicos para pronunciar-se a respeito de uma realidade de ordem genética. Explicando melhor, tal procedimento apóia-se em certos traços das línguas africanas e em sua similaridade com os da língua portuguesa falada no Brasil para pronunciar-se sobre a evolução desta última em relação à que é atestada

em Portugal. Esse caminho é discutível e mesmo fundamentalmente errado, como demonstrou a história da lingüística do século XIX, quando os primeiros comparatistas, principalmente Friedrich Schlegel (1772-1829) e August Wilhelm Schlegel (1767-1845), utilizaram a tipologia como ponto de partida para o estabelecimento de um parentesco genético, chegando assim, com base na estrutura morfológica, à famosa divisão tripartite das línguas: isolantes, aglutinantes e flexionais. Esses tipos refletiriam três estágios evolutivos das línguas e das famílias de línguas, sendo o último o mais elevado, o que a pesquisa ulterior desmentiu e também condenou. A mesma coisa aconteceu em relação às línguas africanas, ainda no século XIX, quando a classificação das línguas se fez essencialmente com base num critério estrutural único, a saber, a presença ou ausência de afixos de classes nominais. Por esse critério, o banto (conjunto das línguas de “prefixo nominal”) constituía o tipo puro e, por isso, foi considerado por Lepsius (1880) como o “original africano” ou o “tipo original das línguas de classes” (Meinhof, 1889-1910), o que permitiu chegar a uma hierarquização (evidentemente errônea e sem fundamento!) das outras línguas africanas em relação a ele, com o estabelecimento de um estágio “semibanto”, intermediário, representado ora por línguas que ainda não tinham evoluído completamente na direção de um estatuto inteiramente banto (Schleicher, 1891), ora por línguas que tinham perdido parcialmente os traços iniciais ainda preservados em banto (Torrend, 1891). Todas essas elucubrações mostram-se hoje sem qualquer fundamento pelo próprio fato de que elas se apóiam num procedimento inapropriado.

Tendo presente no espírito essas diversas interrogações, examinaremos primeiramente os dados históricos relativos às línguas africanas faladas em solo brasileiro e, em seguida, tentaremos fazer uma reflexão metodológica sobre as conseqüências de tal presença.

Línguas africanas: da África para o Brasil

As línguas do continente africano

Antes de tratar das línguas africanas faladas em território brasileiro, convém avaliar da maneira mais precisa possível, embora sucinta, a realidade lingüística do continente africano, tal como ela se apresenta na atualidade. Esse continente é um espaço geográfico imenso. No plano lingüístico, ele abriga sozinho quase um terço das línguas do mundo. Segundo o inventário estabelecido pelo *Ethnologue* (Gordon, 2005), as línguas africanas seriam mais de 2000 (2092 precisamente). Para além do número preciso exposto, o valor dessa enumeração é constituir uma espécie de estimativa suscetível de ser modificada por pesquisas suplementares.

O conjunto dessas línguas, conforme os últimos estudos, reparte-se em quatro grandes troncos ou filios: o nigero-congolês (Niger-congo) (1495 línguas), o afro-asiático (Afro-asiatic) (353 línguas), o nilo-saariano (Nilo-saharian) (197 línguas) e o coissan (Khoisan) (22 línguas). Essa repartição, proposta e sistematizada por J. H. Greenberg nos anos 1950-1963, foi adotada, mais tarde, pela grande maioria dos lingüistas africanistas, com algumas revisões concernentes à reorganização interna de cada tronco. Eis, sucintamente, os principais dados recentes de cada um deles.

Nigero-congolês (1495 línguas)

O termo *nigero-congolês* substituiu o antigo termo *nigero-cordofanês* proposto inicialmente por J. H. Greenberg (1966 [1963]). Esse tronco é geograficamente o mais extenso, cobrindo praticamente toda a área que vai, do oeste ao leste, do Senegal até o Quênia e, ao sul, até a Cidade do Cabo na África do Sul, com exceção de um pequeno espaço da África Austral ocupado pelas línguas *coissan*. Ele é constituído de nove famílias lingüísticas (em minúsculas em itálico suas línguas principais) apresentadas aqui em ordem geográfica, além do *dogon*, língua isolada: *atlântica: fula, uolofê, manjaco, balanta; mandê: bambara, maninca*, diúla; *gur: senufô, moore*, e subfamília *gurúnsi; kru: grebo, betê, cuá: baulê, eve, fon* e subgrupo *gbe, ijóide: ijó, benuê-congolesa; adamaua-ubanguiana: banda, ingbandi, gbaia; cordofanesa*.

A família *benuê-congolesa* é a mais vasta geograficamente e também a mais importante pelo número de suas línguas e de seus falantes. Ela subdivide-se, por sua vez, em onze subfamílias, das quais dez são situadas principalmente na Nigéria: *defóide: iorubá, igala; edóide: edo, urobo; nupóide: nupe, ibira, guári; idomóide: idoma, igede; ibóide: ibo; cross-river: efique, ibibio, ogoní; cainji: cambari; platóide: berom; tarcóide, jucunóide*. A décima-primeira subfamília é a *bantóide*, que se subdivide em dois ramos: *bantóide do norte*, com línguas faladas na parte leste da Nigéria e oeste de Camarões, e *bantóide do sul*, extremamente vasta, com diversos subgrupos, *ecóide, tivóide, grassfields*, sendo o principal o *banto* propriamente dito, constituído de centenas de línguas distribuídas numa imensa área geográfica que vai do sudeste da Nigéria e do Chade até a ponta sul da África.

A classificação tradicional do conjunto das línguas bantas foi estabelecida por M. Guthrie nos anos 70. Guarda ainda um interesse prático. É baseada em zonas geolingüísticas, designadas por letras do alfabeto (A, B, C...), subdivididas cada uma por dezenas segundo o grupo de línguas. A título de exemplo, do norte para o sul e do oeste para o leste, os principais grupos lingüísticos são assim classificados: A. 20 *duala*; B. 70 *teque*; C. 70 *tetela*; D. 60 *ruanda-rundi*; E. 50 *quicuio-camba*; F. 10 *sucuma-niamuêzi*; G. 40 *suaíli*; H. 10 *congo*; H. 20 *quimbundo*; H. 30 *iaca-holo*; K. 10 *chôcue*; L. 10 *pende*; L. 30 *luba*; L. 50 *lundã*; M. 30 *conde*; M. 40 *bemba*; N. 30 *nianja*; P. 30 *macua*; R. 10 *umbundo*; R. 20 *cuaniana, indonga*; R. 30 *herero*; S. 10 *chona*; S. 30 *soto-tswana*; S. 40 *inguni: cossa, zulu*; S. 50 *tsua-ronga*.

Deve-se notar que a classificação recente do *banto* propriamente dito difere daquela encontrada nas classificações antigas. Enquanto, até os anos 50, esse conjunto de línguas tinha sido tratado como uma família plena e separada, e muitas vezes como “a família” de referência, exercendo, aos olhos de alguns, o papel de representante-tipo do “original africano”, a classificação lingüística considera-o hoje, a despeito do número impressionante de suas línguas e de seus falantes, como um membro do subgrupo *bantóide do Sul*, pertencente à subfamília *bantóide*, que se insere na família *benuê-congolesa*, que é uma porção do tronco *nigero-congolês*. Essa classificação não diminui em nada sua importância no plano lingüístico.

Consideradas certas tradições que se encontram ainda, às vezes, nos escritos de vulgarização, convém lembrar que todos esses termos (*nigero-congolês atlântico, mandê gur, cuá, kru... bantóide, banto...*), que designam troncos, famílias, subfamílias, grupos e subgrupos, são termos puramente “lingüísticos”, válidos no quadro dessa disciplina. Foram concebidos por profissionais como etiquetas que permitem reagrupar, da maneira mais coerente possível, línguas distintas umas das outras. Foram forjados essencialmente como termos “operatórios” para a pesquisa lingüística permitindo operar reagrupamentos de línguas, numa perspectiva seja “tipológica”, seja “genética”. É, por isso, que sua criação geralmente pode ser datada. Sua existência ou sua pertinência podem, por essa razão, ser questionadas, a todo momento, em face de novos dados, ou ainda em virtude de perspectivas científicas diferentes ou renovadas. É esse contexto lingüístico que dá valor científico a seu emprego.

Ocorre, porém, que alguns desses termos são tomados de empréstimo por outras disciplinas e utilizados em contextos outros que não o lingüístico, para designar, por exemplo, realidades extralingüísticas, tais como povos, culturas, religiões, filosofias, etc. Fora de seu contexto lingüístico original, seu sentido não coincide mais com aquele delimitado pela pesquisa lingüística. Seria então ilusório, senão abusivo, pretender fundamentar uma argumentação de tipo extralingüístico em bases pretensamente lingüísticas.

Tome-se o caso do termo *banto*. Até o ano de 1862, ele não servia, nem na África nem alhures, no Brasil inclusive, de modo algum, para designar uma língua ou um grupo de línguas. Nas línguas africanas em que ele aparecia, seu sentido era simplesmente o de “pessoas”, “homens”, resultante da junção do prefixo /ba-/ “plural”: ‘eles, elas’ e do radical /-tu/ ou /-ntu/ ‘pessoa’ = “pessoas, seres humanos”. Sua forma podia, aliás, variar segundo as línguas: *banto* (quicongo); *wántù* (quissicongo); *àtù* (quimbundo); *watu* (suaíli), etc. Como termo técnico da Lingüística, foi empregado pela primeira vez por W. H. I. Bleek, em 1862, para designar uma família de línguas que se caracteriza pelo emprego do prefixo /ba-/ no plural, retomando assim o que fizera antes dele o grande explorador H. Barth, que tinha proposto já o termo *ba-languages*. Nessa época, entretanto, para W. H. I. Bleek, o termo *banto* tinha um sentido mais amplo do que o atual, incluindo também línguas da África ocidental de hoje:

Membros dessa família, que chamamos a família ‘**Bâ-ntu**’, estão também distribuídos em partes do oeste da África, até o oeste de Serra Leoa... Eles estão aqui intercalados particularmente com membros das línguas da família *gôr* (fula, uolofe, ga, etc.), que pertence à mesma classe de línguas que a família ‘**Bâ-ntu**’ e forma com ela a seção africana dessa classe...,

que ele denomina “a classe prefixo-pronominal” (Bleek, 1862/69: 2). Assim, a definição do termo *banto* correspondia mais ou menos ao que os lingüistas de hoje designam com o termo *nigero-congolês*. Foi mais tarde que o termo *banto* foi restringido e reservado para as línguas da parte sul da África. Em conclusão, como termo da Lingüística, o vocábulo *banto* é bastante recente. Como tal, no plano histórico, ele nada tem a ver com a história da escravidão.

Afro-asiático (353 línguas)

O termo **afro-asiático**, criado por J. Greenberg, substitui o termo mais antigo *camito-semítico*, para designar línguas atestadas desde os primeiros documentos escritos da história da humanidade há mais de cinco milênios e repartidas sobre vasto território, que vai, a oeste, do oceano Atlântico, na África do Norte, passando pela zona saeliana, até o Oriente Próximo, a leste do continente africano. Sua classificação interna atual é constituída de seis famílias: *libico-berbere*: *tuaregue, berbere, chadiana*; *hauçá*; *cuchítica*: *beja, afar, oromo, somali*; *omótica*; *egípcio-copta antigo egípcio, copta*; *semítica*: *hebraico, árabe*, cuja divisão concernente ao continente africano é representada pelo *afro-semítica* (ou *etíope-semítica*), que compreende uma parte norte: *gueze, tigré, tigrínia*, e uma parte sul: *amárico, gurague*. Dessas famílias, a *chadiana* é a subfamília que engloba o maior número de línguas (perto de 200), das quais o *hauçá* sozinho conta com mais de 50 milhões de falantes.

Nilo-saariano (197 línguas)

O tronco *nilo-saariano* estende-se do Mali à Etiópia e do Egito à Tanzânia e tem, segundo estimativas, entre 90 e 180 línguas, que são faladas por grupos humanos extremamente variados. O próprio estatuto de tronco continua um tema controverso, porque a questão que se coloca em relação a ele é a de saber se se trata realmente de um tronco no sentido genético ou de uma justaposição de grupos não aparentados. Baseada na classificação de Greenberg, a ordenação atual propõe os seguintes grupos: *songai*: *songai* e suas variantes dialetais *dêndi* e *zarma*, nos confins do Níger, de Burkina-Fasso e do Mali; *saariano*: *canúri, teda, zagaua*, no oeste e no norte do lago Chade (Níger e Nigéria); *maban*: *maban, aiqui*, nos confins do Chade e do Sudão; *fur*, no leste do Sudão, Darfur; *sudanês central*: *sar, imbai, ingambai* no Chade meridional e no sudoeste do Sudão e *lugbara, indo, mangbeto* no nordeste da República Democrática do Congo (ex-Zaire) e no norte de Uganda; línguas *nilóticas*: *luo, dinca, nuer, lango, acoli, massai*, faladas no Sudão meridional, em Uganda, no leste do Quênia e no norte da Tanzânia.

Coissan (22 línguas)

As línguas *coissan* são atualmente faladas em Botsuana e na Namíbia, mas a maioria delas desapareceu ou está em via de desaparecimento. Alguns enclaves existem no norte da África do Sul, no sul de Angola e em Zâmbia. Também há duas línguas isoladas (*hadza*, *sandawe*) na Tanzânia. A classificação de Greenberg (1963) subdivide a família *Coissan* em três ramos: Norte, Centro e Sul. Entretanto, coloca-se em relação a ela a questão de saber se se trata de uma família lingüística ou de um conjunto de línguas que convergiram. As línguas *coissan* são freqüentemente conhecidas como línguas de cliques.

Línguas africanas do tráfico e línguas dos cativos

Desse vasto conjunto de línguas africanas, quais são as que foram atingidas pela escravidão? Além disso, quais são as que atravessaram o Atlântico e chegaram ao Brasil? Enfim, que línguas africanas foram realmente faladas em território brasileiro?

Para responder a essas questões, convém inicialmente operar uma distinção entre, de um lado, as línguas faladas pelos cativos africanos no continente africano, antes de atravessar o Atlântico com destino ao Brasil; de outro, as línguas faladas por esses mesmos cativos, uma vez tendo chegado ao solo brasileiro, isto é, como escravos negros brasileiros. As duas realidades não coincidem necessariamente.

É preciso apoiar-se em dados históricos do tráfico, sobretudo aqueles relativos ao comércio desenvolvido entre os dois lados do Atlântico, porque o tipo de tráfico e de comércio praticados pelos portugueses seguramente favoreceu certa seleção das línguas africanas atingidas pelo tráfico e modificou o estatuto lingüístico de algumas delas.

Os ciclos do tráfico

A transplantação das línguas africanas para o Brasil foi concomitante à importação dos escravos africanos, que começou em terras brasileiras, na metade do século XVI¹ e prosseguiu até o século XIX. Ela flutuou segundo os diversos ciclos que a caracterizaram.

Distinguem-se habitualmente (Vianna Filho, L. 1946: 28; Mattoso, 1979: 22) quatro grandes ciclos de importação de escravos para o Brasil:

- (i) no século XVI, o ciclo da Guiné, sendo os escravos principalmente sudaneses, originários da África situada ao norte do equador;
- (ii) no século XVII, o ciclo do Congo e de Angola, que trouxe ao Brasil negros da zona banta;
- (iii) no século XVIII, o ciclo da costa de Mina, que atingiu de novo negros sudaneses. A partir da metade do século XVIII, esse ciclo desdobrar-se-á num ciclo propriamente baiano: o ciclo da baía do Benim;
- (iv) no século XIX, os escravos vieram um pouco de cada lugar, mas com predominância de negros vindos de Angola e de Moçambique.

Essa repartição em ciclos só é válida em suas grandes linhas, porque o fim de um ciclo não estanca totalmente a chegada de homens negros vindos da região do ciclo precedente e, ademais, a metrópole portuguesa teve sempre a política de misturar as diferentes etnias para impedir a concentração de africanos de mesma origem numa mesma região.

As razões econômicas ligadas a esses ciclos de importação são: nos séculos XVI e XVII, a cultura da cana de açúcar e do fumo; no século XVIII, a exploração das minas de ouro e de diamantes, mas também a cultura do algodão, do arroz e a colheita de especiarias; no século XIX, a cultura do café.

Com efeito, foi esse liame estreito entre ciclos de importação de escravos e razões econômicas que regulou o tráfico tanto no tempo quanto no espaço, adaptando-o aos lugares e aos acontecimentos. Donde o caráter fluido e evolutivo de cada ciclo, fundamentado essencialmente numa realidade humana mutável, em função da identidade étnica dos falantes, de seu número, mas também de suas línguas. Ademais, a fisionomia de cada ciclo difere em função dos principais atores: o tipo de tráfico praticado pelos portugueses é sensivelmente diferente daquele dos holandeses ou dos franceses da mesma época.

O tráfico do lado dos portugueses

Para melhor apreender, ao mesmo tempo, a identidade dos escravos e das línguas atingidas pelo tráfico, é preciso ter presentes ao espírito os principais fatores e acontecimentos históricos que caracterizaram o tipo de tráfico praticado em direção do Brasil.

Façamos um resumo. Durante todo o século XVI, os portugueses detinham o monopólio do tráfico, desde o porto de Arguim, as ilhas de Cabo Verde, até o forte de São Jorge de Mina (até 1637), passando pela ilha de São Tomé, acima do equador. Esta será para os portugueses o primeiro grande centro de distribuição de escravos levados do continente. Depois, nos séculos XVII e XVIII, será Angola que exercerá esse papel centralizador, por intermédio de dois reinos negros, que prosperarão entre 1670 e 1750: um ao sul, denominado Benguela; outro ao norte, chamado Ndongo – donde o título *ngólá*, exclusivo dos chefes desse reino, que servirá para forjar o termo Angola para designar em seguida o conjunto do país – que será o grande reservatório de homens negros para o tráfico brasileiro (Mattoso, 1979: 26). Durante esse período, a iniciativa privada encarregar-se-á progressivamente do tráfico, havendo, no século XVIII, companhias domiciliadas no Brasil, cuja importância, dinamismo e flexibilidade levarão a estabelecer um comércio direto entre o Brasil e a África, evitando, assim, a etapa europeia e subtraindo-o, por causa disso, do esquema clássico do comércio triangular que os outros países colonizadores conhecem. Essa nova política nasceu na seqüência da iniciativa brasileira de Salvador Correia de Sá e Benavides (1602-1686) de reconquistar Angola, pela expulsão dos holandeses do porto de Luanda, em 1648. Na realidade, no entanto, desde 1559, os portugueses estabelecidos no Brasil encarregaram-se de aprovisionar de mão-de-obra negra suas terras brasileiras (Boxer, 1973: 236-254).

Para além dessas grandes linhas históricas, é útil sublinhar alguns outros pontos-chave que permitem apreender melhor a especificidade do tráfico praticado nos séculos XVII e XVIII, na zona costeira da África que vai do sul do atual Gabão até a atual Angola, e que interessa de perto o Brasil.

O primeiro ponto concerne ao papel inicial da ilha de São Tomé. Colonos portugueses nela instalaram-se a partir de 1485 e aí desenvolveram a cultura de cana de açúcar, tendo como corolário uma necessidade crescente de mão-de-obra para as plantações. Desde 1500 seus habitantes receberam do rei de Portugal o privilégio de comerciar em toda a costa, desde o Golfo da Guiné até o reino do Congo. Eles foram os primeiros a organizar o tráfico no Congo, que só começará realmente depois de 1510. Desde a primeira metade do século XVI, eles praticavam um comércio de cabotagem ao longo das costas do Golfo da Guiné, vendendo num porto os escravos comprados em outro. De outro lado, na mesma época, eles comerciavam regularmente com Angola. Aliás, é o comércio entre São Tomé e Luanda que permitirá ao rei do Ndongo (Angola), por volta do primeiro quartel do século XVI, libertar-se completamente de seus laços de vassalagem com o reino do Congo e aproximar-se finalmente de Luanda. Seu exemplo será imitado, em seguida, pelas populações periféricas e marítimas do reino do Congo. Elas libertar-se-ão pouco a pouco de seu domínio e acabarão por se transformar, de antigos vassalos, em estados que faziam corretagem e serviam, assim, de intermediários para os europeus no comércio com o interior em razão de sua situação privilegiada de habitantes da costa. Foi o caso de Loango e de Soio no século XVII. Esses estados acabarão por enfraquecer o reino do Congo, que declinará paulatinamente e acabará por desaparecer no fim do século XVII, depois da batalha de Ambuila (1665), um reino então desagregado, mas também despovoado pelo tráfico (Randles, 1968: 130-132).

Mais tarde, esses estados comerciantes conhecerão um desenvolvimento. Nos séculos XVIII e XIX, seu número crescerá e seu papel será formar um anteparo para os negociantes europeus (que raramente se afastavam de seus barcos para além da praia) e os dois novos impérios do interior: o reino Bateque do Mucoco, situado ao norte do reino do Congo, e o império Lunda do Muataianvo, situado a leste, para além do rio Cuango.

Para a história da escravidão no Brasil, convém lembrar os nomes dos principais estados corretores: a) os da costa: Loango, reino independente desde 1587; os holandeses aí praticaram o tráfico a partir de 1637; Caongo (porto: Malemba) e Angoi (porto: Cabinda), independentes desde 1637, onde o tráfico será florescente até a primeira metade do século XIX; Soio (porto: Mpinda), independente desde 1648, com comércio mantido pelos holandeses; Mussul (porto: Ambriz), independente no século XVIII, com comércio sustentado pelos ingleses; b) os do interior, na fronteira oriental da colônia portuguesa de Angola: Matamba e Caçanje (Randles, 1968: 197-201).

Quanto à ocupação do território pelos portugueses, é preciso sublinhar que a antiga Angola, dominada pelos portugueses entre 1575 e 1880, limitava-se a uma estreita

faixa de terra entre os rios Bengo e Cuanza, estendendo-se para o interior por cerca de 300 km. Benguela era um território separado e apenas foi englobado na nova Angola no final do século XIX. A penetração fez-se progressivamente: Luanda (1575), Ambaca (1616), Pungo Andongo (1671), Malange (1838), depois Caçanje (1870), cujo reino fora fundado no primeiro quartel do século XVII pelos jagas (Randles, 1968: 212-219).

O tipo de tráfico mudou também. No início, empreenderam-se guerras contra os negros sem a menor provocação, com a única finalidade de capturar escravos. Depois elas foram substituídas, no primeiro quartel do século XVII, por um comércio dito “pacífico”, embora muitas vezes feito com a ajuda de meios coercitivos. Esse comércio estava nas mãos dos brancos instalados em Luanda, que confiavam as mercadorias aos *pombeiros*, mercadores itinerantes negros ou mestiços. No interior, ele era supervisionado por agentes oficiais do governo de Luanda (*capitães-mores*). Caçanje era considerado o principal mercado de todo o interior.

As rotas comerciais eram as seguintes: a primeira, em seguida à descoberta de Diogo Cão, ligava a costa a São Salvador, capital do reino do Congo. Ela foi prolongada após 1530 até as vizinhanças do reino de Bateque, nos arredores de Stanley Pool, que se tornará um dos principais viveiros do tráfico. Nesse entretempo, Luanda começará, desde 1548, a exercer um papel como porto de exportação de escravos. No fim do século XVI, duas novas rotas vão ser criadas a partir de Stanley Pool: uma ligando diretamente esta cidade a Luanda (Pumbo-Luanda) e outra a Loango (Pumbo-Loango). Paralelamente, um comércio de cabotagem era praticado pelos portugueses entre Luanda e Loango. Depois da ocupação holandesa de Angola (1649), outras rotas substituirão o caminho Luanda-Stanley Pool: Luanda-Ambuila (1649), Luanda-Matamba (1660) e Luanda-Caçanje (1658), a mais importante até o século XIX. Entretanto, um fato novo produziu-se em seguida: Caçanje e Matamba, que eram, sobretudo, caçadores de escravos durante a segunda metade do século XVII, transformaram-se por sua vez em estados comerciantes, gerindo assim o fluxo de escravos provenientes do império de Lunda, situado para além do rio Cuango, o que lhe permitia não somente controlar o tráfico de escravos, mas também extorquir os que o faziam. Segundo Birmingham (1996: 152), os lundas teriam então respondido, estabelecendo um contato através do Congo com os portos do Norte, o que explicaria a longa crise de exportação de escravos do porto de Luanda no decorrer do século XVIII. Será apenas no início do século XIX que o tráfico conhecerá de novo um grande impulso (Randles, 1968: 173-174, 219-223).

Naturalmente, os dados supracitados demandam ser completados por aqueles relacionados ao ciclo da costa de Mina, que atingiu novamente, no século XVIII, os negros ditos sudaneses e particularmente, embora não exclusivamente, os africanos de uma zona da costa que atualmente compreende os seguintes países: Gana, Togo, Benim e Nigéria.

Línguas africanas do tráfico

Pode-se, agora, tentar uma estimativa das línguas concernentes ao tráfico. Consideradas as regiões de origem dos escravos, seu número parece reduzido em relação à quantidade total de línguas inventariadas recentemente na África. Há uma explicação para isso. Até o fim do século XVIII, o interior da África permanecia praticamente desconhecido, pois os europeus só freqüentavam as costas em razão dos numerosos obstáculos naturais que tornavam difíceis os deslocamentos para o interior tanto por via aquática quanto por via terrestre.

Levando-se em conta esses limites geográficos, ainda assim o número real de línguas atingidas pelo tráfico é significativo. Elas repartem-se basicamente em duas áreas de proveniência:

a) a área oeste-africana, caracterizada pelo maior número de línguas, tipologicamente muito diversificadas:

atlântica: *fula* (*fulfulde*), *uolofé*, *manjaco*, *balanta*;

mandê (sobretudo, o *mandinga*); *bambara*, *maninca*, *diúla*;

gur. subfamília *gurúnsí*;

cuá (subgrupo *gbe*): *eve*, *fon*, *gen*, *aja* (designadas pelo termo *jeje* no Brasil);

ijóide. *ijó*;

benuê-congolesa:

defóide. falares *iorubás* designados no Brasil pelo termo *nagô-queto*;

edóide. *edo*;

nupóide. *nupe* (*tapa*);

ibóide. *ibo*;

cross-River. *efique*, *ibíbia*;

afro-asiático: **chádica:** *hauçá*;

nilo-saariano: **saariana:** *canúri*.

b) a área austral, essencialmente do subgrupo *banto* – limitada à costa oeste (atuais repúblicas do Congo, República Democrática do Congo e Angola) e somente mais tarde estendendo-se à costa leste (Moçambique) –, caracterizada por um número muito reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas faladas pelo maior número de cativos:

H. 10 *congo* (*quicongo*): *quissolongo*, *quissicongo* (*quissangala*), *quizombo*, *quissundi* (falada pelos bacongos, numa zona correspondente ao antigo reino do Congo) e *quivili*, *iuio* (fiote), *quiombe* (faladas em Cabinda e em Loango);

H. 20 *quimbundo* (falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo), *quissama*, *quindongo*;

H. 30 *iaca-holô:* *iaca*, *imbangala*, *chinji*;

K. 10 *chôcue:* *uchôcue*, *ochinganguela*, *chilucazi*, *luena* (*luvale*);

L. 30 *luba: chiluba-cassai (lulua)*;

L. 50 *lunda: chilunda, urunda*;

P. 30 *macua: omacua*;

R. 10 *umbundo* (falado pelos ovimbundos na região de Benguela, em Angola): *umbundo, olunianeca*;

R. 20 *cuaniana, indonga: ochicuaniana, cuambi*;

R. 30 *herero: ochiherero*.

Os cativos e suas línguas

Mas que dizer a respeito dos próprios falantes, a saber, dos cativos africanos? Evidentemente, é muito difícil responder tal questão. Entretanto, algumas luzes podem emergir, quando se consideram as modalidades de tráfico praticado pelos portugueses em Angola. Embora geográfica e historicamente circunscritas, são essas mesmas modalidades que prevaleceram no comércio direto de Angola com o Brasil.

Desde o início, o tráfico era essencialmente um comércio a longa distância, pois ele exigia estabelecer, primeiramente, trocas com regiões afastadas, tanto mais que habitualmente os escravos vendidos nos portos dos estados comerciantes provinham de outras etnias. Era o *pombeiro* que se encarregava de viajar pelo interior para trocar mercadorias (tecidos ou outros objetos) por escravos, mas também por marfim.

Retornando, os escravos eram destinados a ser exportados ou a ser utilizados na costa a serviço dos habitantes do estado corretor. As exportações faziam-se por três pontos principais: da região ao norte do rio Congo (ex-Zaire), por Loango e pelos portos vizinhos de Malemba e Cabinda; do Congo, pelo porto de Pinda na foz do rio; de Angola, por Luanda (Randles, 1968: 177). A esses portos, é preciso acrescentar também o de Benguela.

Esse tipo de comércio levou a criar, nos lugares de embarque, entrepostos de cativos, cada vez mais permanentes, fixos e organizados. No mais das vezes, meses eram necessários para completar a carga de um navio. No Congo, em Angola, em Benguela, os portugueses privilegiaram o “depósito fixo” (*barracão*), instalação onde empregados permanentes dispunham de tempo para reunir um grande número de cativos e entregá-los juntos aos negreiros. Os cativos, geralmente enfraquecidos pela viagem do interior para a costa, recebiam aí cuidados especiais antes de ser embarcados e, se a partida demorasse, eles trabalhavam a terra para dela retirar os mantimentos necessários para sua alimentação (Boxer, 1973: 243). Uma variante desse sistema, utilizada em Angola pelos portugueses, consistia em estabelecer um depósito de cativos não em terra firme, mas num grande navio permanentemente ancorado num porto, a fim de tornar um grande número de cativos menos vulnerável aos ataques exteriores.

Essa organização particular do tráfico, diretamente orientado para o mercado brasileiro, criou as condições lingüísticas favoráveis à emergência de uma nova situação

lingüística para os cativos, transitória, é verdade, mas que pôde influir, por sua duração e sua renovação regular, naquela que ocorrerá em seguida no Brasil. Essa situação caracteriza-se por uma concentração forçada e prolongada de falantes de línguas africanas diferentes, mas tipologicamente próximas, o que pôde conduzir, no caso de Angola, à adoção do *quimbundo* como língua veicular, falada em Luanda e ao longo do rio Cuanza até sua foz; no mesmo período, deu-se um contato igualmente forçado e prolongado com a língua portuguesa, falada no interior primeiramente pelos pombeiros (recrutadores de cativos) e, em seguida, na costa africana pelos negreiros brasileiros, que eram às vezes seus futuros senhores. Não se pode esquecer, ademais, o período da viagem marítima, que se passava nos porões dos navios e que durava aproximadamente trinta e cinco dias de Luanda a Recife, quarenta, até Salvador e dois meses, até o Rio de Janeiro.

Em Angola e provavelmente no Brasil, a língua portuguesa da época já integrara, em sua variante local, um número importante de termos africanos, de que dão testemunho os escritos desse período: 87 termos em 1622-1635 (*Colectânea documental de Fernão de Sousa*), 160, em 1680 (Oliveira de Cadornega), mais de 400 termos atestados na edição italiana da narrativa de Cavazzi (1687). Vários cativos estavam já familiarizados com o português falado em Angola ou eram seus falantes.

Paralelamente, para os escravos que continuavam a transitar pela ilha de São Tomé, ocorria um contato prolongado com o falar da ilha, um crioulo de base portuguesa, que levava o nome do lugar onde era falado (hoje é a língua oficial de São Tomé). Aliás, é nessa ilha que nasce um pidgin original, o angolár, empregado pelos descendentes de antigos escravos de origem angolana cujo navio encalhara na ilha em razão de um naufrágio, quando ele estava navegando para as Américas.

A primeira experiência lingüística dos cativos originários da área banta foi, assim, a de um plurilingüismo forçado e concentracionário, que resultou, antes mesmo de sua partida para o Brasil, no provável emprego de uma língua veicular africana (o *quimbundo*) e numa certa familiaridade com a língua de seus futuros senhores. Isso terá como conseqüência o fato de que, para numerosíssimos escravos negros brasileiros, originários de Angola, o plurilingüismo brasileiro – línguas africanas transplantadas, língua portuguesa, dos senhores – com que serão confrontados não será vivido como uma experiência primeira e inédita. Num e noutro caso, tratar-se-á, pelo menos, do já “ouvido”, o que pode explicar, ao mesmo tempo, a adoção de uma língua veicular africana e, em certos casos, o emprego imediato da língua falada pelos senhores.

As línguas dos escravos no Brasil

Que sabemos de fato das línguas faladas pelos escravos no Brasil? Há testemunhos escritos sobre elas?

Antes de responder a essas questões, duas considerações impõem-se. A primeira é de ordem metodológica. Como já se afirmou na primeira parte a propósito do histórico dos debates sobre a relação entre línguas africanas e língua portuguesa, privilegiar-se-á sempre um procedimento científico que se apóie sobre fatos, isto é, dados realmente atestados e historicamente datados. São esses dados e não hipóteses que devem servir de suporte à argumentação e à interpretação. As hipóteses nada comprovam.

A segunda reflexão diz respeito às línguas africanas que foram trazidas da África para o Brasil. Qualquer que seja sua identidade e sua antigüidade, trata-se sempre de línguas desenraizadas de seu nicho ecológico, submetidas, além disso, ao perigo de diversas rupturas. Daí decorre seu estado de degradação. A ruptura semântica foi, sem dúvida, a que mais se sentiu: para os africanos deslocados, o sentido das palavras tornou-se brutalmente obsoleto ou passou a “girar em falso”, porque elas não refletiam mais a realidade africana, mas, ao mesmo tempo, ainda não tinham apoio na nova realidade, constituída de noções diferentes e de denominações novas (plantas, farmacopéia, caça, animais, novas técnicas e novos produtos de consumo). A outra ruptura foi de ordem dialógica, pois essas mesmas línguas foram confrontadas com contatos lingüísticos inabituais: novas línguas convivendo no mesmo espaço (outras línguas africanas decorrentes do tráfico, línguas ameríndias, língua portuguesa falada pelos senhores), sem esquecer a perda de seu valor identitário consecutivo ao nivelamento da língua resultante do desaparecimento das variantes dialetais.

Malgrado a escassez bem compreensível de documentos escritos, em razão da situação histórica inteiramente nova e da ausência de estatuto social reconhecido dos escravos, há alguns documentos, que podem servir de índices e também de balizas para esboçar a história da presença de línguas africanas na situação lingüística decorrente da escravidão. Cronologicamente, pode-se ter em conta os seguintes documentos:

Século XVII: quimbundo falado no Brasil, gramatizado em Salvador da Bahia

O primeiro documento escrito data do fim do século. Tinha o título de *Arte da língua de Angola* e seu autor foi Pedro Dias, sacerdote jesuíta. Foi redigido no Brasil, mas publicado em Lisboa com as seguintes informações catalográficas: *Arte da língua de Angola, oeferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Pedro Dias da Companhia de Jesu*. Lisboa, na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Ma-gestade. Com todas as licenças necessarias. Anno 1697. 48 p.

Esse documento é um real acontecimento lingüístico (Bonvini, 1996). Ele é, primeiramente, uma prova histórica do emprego de uma língua africana no Brasil no século XVII. Permite, em seguida, descobrir a política lingüística estabelecida pelos jesuítas. Tem, sobretudo, uma importância significativa no plano lingüístico, de três

pontos de vista: é objetivamente a primeira descrição gramatical do quimbundo, redigida, além disso, a partir de dados recolhidos no próprio Brasil; contém, em seu texto, observações que permitem mostrar o olhar que um falante do português dessa época lançava sobre uma língua africana tipologicamente diferente da sua; é enfim o testemunho do português utilizado no século XVII no Brasil, nos meios cultos.

Por sua importância e pelo próprio fato de que ele é praticamente ignorado no Brasil, convém demorar um pouco sobre a história e o conteúdo desse texto.

Citemos, inicialmente, as informações dadas sobre ele e seu autor pelo historiador da Companhia de Jesus no Brasil, Padre Serafim Leite, S. J. (Leite, 1947: 9-11):

Pedro Dias, português, nasceu em 1622 na Vila de Gouveia. Foi menino para o Brasil e entrou na Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro, com 19 anos de idade, a 13 de julho de 1641.

Versado *non mediocriter* em Direito Civil e Canônico e em Medicina. Assinalou-se como homem de extremosa caridade para com os pobres e pretos de África, a cujo serviço colocou os seus conhecimentos médicos e os curava pelos próprios meios e com remédios por ele mesmo manipulados. Levado por este amor aos escravos, e para mais facilmente os tratar, aprendeu a língua de Angola (não se diz quando: já a sabia em 1663) e escreveu a *Gramática* da mesma língua para que outros a aprendessem.

Quando faleceu na Baía, a 25 de janeiro de 1700, os negros correram em multidão à Igreja do Colégio e teve o que hoje talvez diríamos funerais nacionais (p. 9-10).

Em seguida, ele lembra que:

...no breve Cat. *Scriptores Provinciae Brasiliensis*, onde se lê que a *Arte* foi escrita para uso dos Padres da Companhia no Brasil, que se ocupam na conversão dos pretos trazidos de Angola (p. 10).

Termina pelo conteúdo de uma carta do próprio autor, “*Carta do Pe. Pedro Dias ao Pe. Geral Tirso Gonzales, da Baía, 3 de Agosto de 1694*”:

Diz que concluiu a *Arte da língua de Angola*, movido pela necessidade espiritual em que jazem os angolanos. Compô-la segundo as regras da gramática e foi revista e aprovada pelo P.^o Miguel Cardoso, natural de Angola, muito versado nessa língua, e a manda agora o Provincial para se imprimir, pedindo ao Geral a indispensável licença. Estão à espera dela muitos novos e até velhos, que trabalham com estes miserabilíssimos e ignorantíssimos homens, e não se acha nenhuma Gramática desta língua, nem no Brasil nem no Reino de Angola. Tinha também começado um *Vocabolário Português-Angolano*, e logo que o concluir vai compor o *Vocabolário Angolano-Português*. Assim se acabará a dificuldade em aprender esta língua (p. 10).

Esse testemunho do Padre Serafim Leite constitui, por assim dizer, a prova externa de que essa primeira gramática foi redigida no Brasil. Entretanto, uma prova interna surge da análise do próprio texto. Já o próprio título dessa gramática é insólito em relação aos títulos habituais dos trabalhos da época consagrados às línguas africanas, realizados fora do Brasil. Em troca, esse título é facilmente compreendido, se é colocado num contexto brasileiro, pois retoma, embora parcialmente, o título do livro do “P.^o Joseph de Anchieta da Cõpanhia de Iesu” consagrado à língua tupi, língua veicular

na época, *Arte de gramatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, escrito um século antes (1595). Em seguida, o subtítulo: *oeferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos*, em que o emprego de “*mesmos*” seria redundante se tivesse sido redigido em Angola. Enfim, a nota na parte inferior da capa: *Com todas as licenças necessarias*. Entre essas, os três primeiros imprimátures foram dados pelas autoridades da Companhia de Jesus da Bahia, respectivamente, Antonio Cardoso (... *digno de se imprimir. Collegio da Bahia 13 de Junho de 1696*), Francisco de Lima (... *está conforme com o idioma de Angola. Collegio da Bahia 24 de junho de 1696*), Alexandre de Gusmão (... *a qual foi revista, & aprovada por pessoas peritas na mesma lingua de Angola; & por verdade dei essa assinada como meu sinal, & sellada com o sello de meu Officio. Bahia, 7 de junho de 1696*).

São, entretanto, algumas reflexões do próprio Dias no interior de sua descrição gramatical – argumento interno ao texto – que sugerem que ela teve por objeto o *quimbundo* falado no Brasil. Diante de certas variantes lingüísticas encontradas no Brasil, por duas vezes, Dias remete a uma situação lingüística que deveria corresponder à de Angola: “...costumão muitas vezes usar dellas os Ambundos, pondo hias por outras, por causa das variedades das linguas Angolanas” (p. 10); “...deve ser pela variedade das terras, & nações” (p. 24). Tais observações seriam inúteis se o texto tivesse sido redigido em Angola, pois lá seria fácil identificar tais “variedades das linguas Angolanas”.

Num primeiro momento (Bonvini, 1996), tínhamos considerado que o *quimbundo* descrito por Dias era o falado na Bahia. É possível. Entretanto, os dados supracitados trazidos por Leite incitam a reavaliar essa hipótese inicial. Ele sublinha, com efeito, que Dias “entrou na Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro, com 19 anos de idade, a 13 de julho de 1641” e que “aprendeu a lingua de Angola (não se diz quando: já a sabia em 1663)”. O contexto histórico de 1641 não é anódino. Se esse ano coincide com a ocupação de Luanda pelos holandeses, que a consideravam o melhor mercado de escravos do mundo, no Brasil ele sucede a um ano de perturbações, tanto no Rio como em Santos e em São Paulo, que ocorrem depois da publicação do *Breve* do Papa Urbano VIII a respeito da liberdade dos ameríndios. Em 1640, revoltas antijesuíticas tiveram lugar no Rio de Janeiro (Boxer, 1973: 144-148). Um episódio, nelas ocorrido, significativo para nosso propósito, é assim evocado: “O populacho criticou acerbamente os jesuítas por possuírem mais de seiscentos escravos só em um colégio do Rio, mas os padres procuraram justificar-se alegando que os escravos ‘eram quase todos negros’” (Boxer, 1973: 147).

É nesse contexto que o jovem Dias iniciou sua formação completa (“em Direito Civil e Canônico e em Medicina”), provavelmente no mesmo colégio. Não seria nada surpreendente que ele se tivesse familiarizado, no próprio Rio, com o *quimbundo*, aprendendo-o e praticando-o com aqueles “pobres e pretos de África, a cujo serviço colocou os seus conhecimentos médicos”, segundo a fórmula de Leite.

Outros dados permitem induzir que o *quimbundo* era utilizado pelos jesuítas em outros lugares do Brasil e que o critério do conhecimento ou da prática dessa língua condicionava a designação do pessoal, testemunhando assim, desde essa época, o verdadeiro estabelecimento de uma política lingüística em grande escala. Com efeito, em Brásio (1973), encontra-se um texto consagrado aos “africanos” que acederam ao sacerdócio ou à vida religiosa no mundo (886-925). Nele o termo “africano” corresponde a “todo o indivíduo que nasceu... no continente africano” (891). De modo particular, ele estabelece uma lista de 280 nomes, entre os quais, onze concernentes ao Brasil, dos quais sete têm o conhecimento da língua mencionado como aptidão ou talento que justifica a designação:

23 – Ir. Jerónimo de Corte Real, S.J., natural de Angola, faleceu em Pernambuco em 1625, era excelente nas línguas latina e de Angola... (896).

54 – Padre João de Araújo, angolano, entrou na Companhia na Baía, em 1764, com 15 anos de idade. Foi insigne na língua de Angola... (900).

62 – Padre Manuel da Lima, natural de Luanda, deve ter nascido por 1667. Entrou na Companhia em 1683, na Baía. Sabia a língua dos pretos angolanos... (901).

63 – Padre Miguel Cardoso. Nasceu em Luanda em 1659. Entrou na Companhia, na Baía, em 1674. Foi Reitor do colégio do Recife (1702) e do Rio de Janeiro (1716). Faleceu Provincial do Brasil, em Santos, com 62 anos, em 1721. Foi um dos mais ilustres filhos de Angola... (901).

64 – Padre Francisco de Lima nasceu em Luanda, em 1664. Ingressou na Companhia, no Colégio da Baía, em 1683. Foi conhecedor profundo da língua de Angola. Faleceu no Recife... (901).

65 – Padre António Cardoso, natural de Luanda... nasceu em 1669. Entrou na Companhia de Jesus no Colégio da Baía em 1684. Sabia a língua dos negros de Angola. Foi Reitor do Seminário de Belém da Cachoeira (Baía) e duas vezes do Colégio do Rio de Janeiro... (901).

69 – Padre Francisco da Vide. Oriundo de Luanda, tinha 27 anos em 1694. Alistou-se na Companhia, no Brasil, em 1686. Sabia com perfeição a língua de Angola. Consagrou a vida aos negros africanos na região do Rio de Janeiro... (902).

“Língua de Angola”, nessa época, designava o *quimbundo* falado em Luanda. É preciso sublinhar também que, apesar da ausência de menção explícita de conhecimentos lingüísticos, foi precisamente o Padre Miguel Cardoso que supervisionou a redação da *Arte da língua de Angola*, de Pedro Dias, justamente em virtude de seu conhecimento do *quimbundo*.

Os jesuítas dessa lista, naturais de Luanda ou de Angola, evidentemente, não eram o público visado pelos trabalhos lingüísticos de Dias. Ademais, os nomes geográficos evocados na listagem dos sete angolanos (Pernambuco, Recife, Bahia, Rio de Janeiro) não recobrem a totalidade dos lugares em que havia colégios jesuítas no Brasil.

Não obstante, a insistência no conhecimento da língua de Angola, assim como a variedade dos lugares de exercício do ministério deixam entrever que, no século XVII, o *quimbundo* era a língua africana de referência para uma extensão geográfica

que ia muito além da Bahia. É claro que havia um grande contingente de escravos africanos na Bahia (23.000 em 1660, segundo testemunho do Padre Antônio Vieira), catequizados na língua de Angola; mas os dados acima citados deixam supor que muitos outros escravos negros oriundos de Angola, mas dispersos em solo brasileiro, falavam essa língua, que manifestava assim seu papel de língua veicular, adquirido já em Luanda, conforme o que se escreveu acima a propósito das línguas dos cativos.

No plano científico, a obra de Dias é de um interesse inegável, tanto para a África quanto para o Brasil. O interesse para a África e, particularmente, para a história da lingüística africana (Bonvini, 1996) deriva, antes de mais nada, do fato de que se trata da primeira gramática sistemática do *quimbundo*, na qual se abordam sucessivamente os seguintes temas: os nominativos (4-8), os pronomes primitivos [eu, tu, ele, nós, vós, eles] (8), os pronomes demonstrativos (9), os pronomes relativos (9-10), os nomes demonstrativos (10), a conjugação dos verbos (11-21), o verbo negativo (21-22), o verbo substantivo (22), os verbos defectivos [“imperfeitos”] (23), os gêneros (23-24), os pretéritos (24-27), os pretéritos mais que perfeitos (28-31), a composição do nome verbal (31-32), os aumentativos (32-33), sintaxe (33), regras do nominativo (35), verbo infinitivo (35), nome adjetivo (35-37), relativo (37-39), os substantivos contínuos [sintagmas nominais] (39), pergunta-resposta (39-40), genitivo depois de um nome [posse] (40), partitivos (40), superlativos (41), verbos neutros (41-42), verbos ativos (42-43), dativos e acusativos (43), verbos ablativos (43), verbos passivos (43), “propria pagorum” [locativos] (43-44), gerundivos (45), advérbios (45-47), interjeição (47), conjunção (47), ‘para’ [final] (47-48). Entretanto, o que faz a originalidade dessa obra é o fato de que, tendo-a redigido “segundo as regras da gramática” (*Carta do Pe. Pedro Dias...Baía, 3 de Agosto de 1694*), ele deixou de lado o modelo latino dos “casos”, que ele considerava inadequado para o tratamento do que é chamado hoje “classes nominais”, características do *quimbundo*, mas também, de maneira mais ampla, das línguas *nigero-congolesas*. Ele diz explicitamente: “Não tem esta lingua declinações, nem casos; mas tem singular, & plural (p. 4)”. Por essa tomada de posição teórica e metodológica, ele punha fim ao debate sobre a interpretação das classes nominais que marcara, desde muitos decênios, os primeiros trabalhos a respeito das línguas africanas. Ele procurava, então, formular regras relativas à passagem do singular ao plural, limitando-se, assim, apenas ao plano formal. O debate prosseguirá até o fim do século XIX com a elaboração (aliás, laboriosa) da noção de “classes nominais”. O que é preciso notar, no entanto, é que a questão do modelo latino dos “casos” para as “classes nominais” nas línguas africanas foi resolvida no Brasil.

No que se refere ao Brasil e com a distância do tempo, a obra de Dias constitui um duplo testemunho. Em primeiro lugar, ela testemunha o emprego corrente e habitual, no século XVII, no Brasil, de uma língua africana, o *quimbundo*, falado por escravos originários de Angola, numa área geográfica extensa, não limitada apenas ao

estado da Bahia (cf. dados supracitados). Os exemplos da gramática de Dias mostram claramente que se trata de uma língua em sua integralidade, próxima da que é falada atualmente em Angola. Não se trata, de maneira nenhuma, de um pidgin ou de uma língua mista. Isso é capital. É importante igualmente não negligenciar a data de redação dessa gramática: ela precede somente de um ano a destruição do Quilombo de Palmares (1695). Ora, diversos autores concordam em afirmar que, nesse *quilombo*, falava-se uma língua de tipo *banto*, que poderia tornar verossímil a hipótese de que essa língua poderia ser o *quimbundo* descrito por Dias.

Em segundo lugar, esse texto testemunha o olhar lançado por um “falante” português do século XVII, e culto além do mais, sobre uma língua africana. Esse olhar aparece, antes de mais nada, como um “espanto” diante da “estranheza” gramatical dessa língua, percebida e vivida como diferente em relação a sua própria língua, o português, mas também ao latim, línguas consideradas até então padrões de referência. A título de exemplo, eis o que escreve Dias:

Página 4: *Dos nominativos*

Página 7-8: Todos os adjectivos tem sómente hia forma, sem differença de genero, nem casos, v.g. Quiambote, cousa boa. Mutuüambote, pessoa boa. Porém quando se poem a particula, Qui, fazem adverbios, & tomam a significação do adjectivo, v.g. Quiambote, muito bem.

Página 23-24: *Dos gêneros*

“Não tem esta lingua Generos; explicaõ-se porém pelos sexos femenino, ou masculino. v.g. Yalla, macho. Ngana yaalla, senhor. Muhetu, femea. Ngana ya muhetu, senhora, &c.”

Página 11: *Conjugação*

Para sabermos por que letra começa o verbo, polohemos no Imperativo, sem algum acrescentamento, nem antes, nem depois; porque neste caso se poem o verbo simplesmente com suas letras, & syllabas essenciaes.

Página 21: *Do verbo negativo*

Tem o verbo negativo a mesma conjugação que o verbo, Cuzóla, de que fallamos, ao qual acrescentando esta palavra Caná, antes, ou depois do verbo, fica negativo. v.g. Canangazóla, não amo, Canággiba, não matei. Porém posta antes, & depois do verbo, nega com efficacia. v.g. Canágagiba caná, não matei não.

Tem outras negações com variedade de tempos, & pessoas, singular, & plural, postas antes do verbo; as particulas pessoas para o singul. são: 1. Quené. 2. Cu. 3. Ca. (...)

Página 41: ...nessa lingua duas negações exageraõ o q? se nega.

Página 24: *Dos pretéritos*

Tem os verbos desta lingua geralmente tres preteritos perfeitos; o 1. significa ha pouco tempo; o 2. que ha mais tempo; o 3. que ha muito mais tempo...

Página 43: *Verbum passivum*

22: Não tem esta lingua verbo passivo, donde para dizerem, Deos he amado dos homens, dizem, Omala azola nzambi, os homens amão a Deos: pondo o verbo na activa. Tambem para dizerem, os homens são amados de si, dizem Omala arizola, os homens se amão a si...

Página 43: Não tem os Ambundos (como já dissemos) verbo passivo, mas usaõ do verbo activo.

Página 45: *Advérbios*

Além dos advérbios ordinarios, todas as terceiras pessoas de ambos os numeros singular, & plural tomadas neutralmente, & assim mesmo os adjectivos, servem de advérbios, v.g. Quiãbote, bem.

“Concordância de gênero”, “passiva”, “dupla negação”... eis o que parecia insólito para um falante português do século XVII diante de uma língua africana. No século XX, esse espanto recai sobre o próprio português, ao menos em sua variante dita popular.

Século XVIII: uma língua veicular africana falada em Minas Gerais

Trinta e quatro anos depois do aparecimento do texto *Arte da língua de Angola*, de Pedro Dias, Antonio da Costa Peixoto redigiu, em Minas Gerais, mais precisamente em Vila Rica de Ouro Preto, um outro texto, desta vez sobre uma língua “mina”. Uma primeira versão data de 1731 e é conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa (nº 3052 do Fundo Geral). Dez anos depois, em 1741, o mesmo autor fez uma segunda versão sob o título *Obra nova de Lingoa g.^{al} de mina, traduzida, ao nosso Igdioma por Antonio da Costa Peixoto, Naciongal do Rn.^o de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do concelho de Filgr.^{as}*, completada por um prólogo de duas páginas suplementares e de uma “advertência” final. Essa versão está conservada na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (Códice CXVI/1-14b). Trata-se de um manual destinado aos “senhores de escravos, e hinda os que não tem”, a fim de evitar, pelo conhecimento e a prática dessa língua, “tantos insultos, ruhinas, estragos, roubos, mortes, e finalm.^{te} muitos cazos atrozes”. No prólogo, o autor precisa que seu trabalho consiste em “traduzir ao nosso igdioma portugues, a lingoa g.al de Minna”, sem pretensões literárias: “Não a descrevo com aquelle fundam.^{to} e distinção que a nossa pulicia pede, cauza de me faltarem as letras nos annos que a elles me pudera aplicar”.

Tanto no plano histórico quanto lingüístico, esse texto apresenta um interesse particular, porque ele concerne a uma situação até então inédita: no espaço reduzido do quadrilátero mineiro “Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará, Rio dos Montes”, a necessidade de explorar intensivamente ouro e diamantes, descobertos no século XVIII, chegou a uma concentração maciça de cerca de 100.000 escravos em média por ano. Eles eram originários da costa do Benim – chamada Mina e situada, *grosso modo*, entre Gana e a Nigéria – e renovados regularmente durante um período de uns 40 a 50 anos.

Esse texto permaneceu como manuscrito e era desconhecido até 1945, quando a segunda versão, a de 1741, foi finalmente publicada em Lisboa por Luís Silveira, sob o título *Obra nova de Língua geral de Mina de António da Costa Peixoto* (Silveira L. 1945), acompanhado de um importante “comentário filológico” de Edmundo Correia Lopes, intitulado “Os trabalhos de Costa Peixoto e a língua evoe no Brasil” (p. 45-66).

Do comentário de Correia Lopes, vamos reter algumas observações que, numa perspectiva lingüística, parecem-nos particularmente interessantes. Já no início, ele afirma: “Por *Ogunu, Gunu, Gu* ou alada, entende-se uma variedade do *Fon* ou daomé, um dos dialectos que constituem a língua *Evoe* (eve)... O dialecto em questão foi no Brasil setecentista a língua geral da Mina...” (p. 45). A partir dessa constatação, colocam-se duas questões. A primeira é saber se “o *gu* era o dialecto materno de todos os escravos oriundos da Costa da Mina”. Ele responde a ela pela negativa, afirmando que “os contemporâneos de Costa Peixoto sabiam perfeitamente que o *gu* não era a língua materna de todos os escravos que o falavam no Brasil”, o que lhe permitia concluir que: “por isso mesmo o autor das obras de língua mina lhe chama língua geral” (p. 46). A segunda questão incide sobre o próprio estado da língua em relação a seu estado de partida, sua conformidade com seu estado de origem: “Do facto de estar subordinado no Brasil a uma língua oficial e dominante, sendo falado por muitos individuos cuja língua materna era outra, teria o *gu* sofrido grande contaminação na sua pureza?” (p. 46). A resposta de Correia Lopes é taxativa: é impossível responder a essa questão de uma maneira satisfatória, por duas razões que concernem à própria obra. A primeira é de ordem geral: “As obras de Costa Peixoto são muito rudimentares... Apresentam-nos uma linguagem paupérrima, arrancada, não sabemos como, a negros que podiam não ser dos que a falavam melhor” (p. 46). A segunda é metodológica e incide sobre o número reduzido de exemplos. Em sua opinião, não se pode mais falar de uma língua mista: “não se trata de uma mistura de línguas” (p. 47). Ele conjectura que se trata antes de uma língua num estado um tanto quanto empobrecido: “Passando por muitas bocas em que não era senão hóspede, usada como meio de dissimulação por muitos escravos que falariam melhor o português, pode a linguagem africana ter perdido certo número de recursos próprios e, já por esse motivo, já, sobretudo, por influência do português, modificado pouco ou muito a sua sintaxe de posição, o seu vocabulário...” (p. 47). Daí ele deduz que, para os pesquisadores, o interesse dessa *Obra* está, de fato, no nível do vocabulário: “Para os investigadores brasileiros ela terá simplesmente a utilidade de um vocabulário acessível onde encontrar as palavras que estiveram em uso no Brasil, uma ou outra das quais pode ainda ter deixado vestígios” (p. 47). No domínio da gramática, ao contrário, “as obra do curioso de Filgueiras diferem muito mais das gramáticas de hoje por ignorância do autor que por evolução da língua” (p. 47). Isso não o impede de tentar estabelecer uma diferença, limitada, entretanto, à fonética, entre a língua falada no Brasil e a língua africana atual (p. 55-63), porque, no que concerne à morfologia e à sintaxe dos verbos, ele estima que o texto é “estéril”.

O conjunto de noções que ele constrói em torno desse texto relativamente breve é, no entanto, bastante significativo no plano lingüístico. Trata-se da questão da “língua geral” oposta à “língua materna outra” e também da “linguagem africana” que se presume “ter perdido certo número de recursos próprios... por influência do português”. Esse último aspecto parece tanto mais espantoso, porque, na mesma época, isto é, no fim do

século XIX e, sobretudo, a partir dos anos trinta do século XX, afirmava-se o inverso do português, que se presumia ter sido influenciado por línguas africanas.

Bem recentemente, Yeda Pessoa de Castro (2002) consagra-lhe um estudo de uma amplitude diferente. Apoiando-se na análise de Correia Lopes, ela centra no falar *fon* sua própria análise da língua “mina”, inclusive fazendo dele seu “paradigma”, porque ela estima que “o fongbe destaca-se como [a língua] majoritária no repertório da ‘língua geral de mina’, além de se mostrar a mais significativa do seu grupo no processo de configuração da linguagem litúrgica das religiões afro-brasileiras, razões por que foi tomada como paradigma no estudo...” (p. 54). São essencialmente critérios estatísticos que fundamentam sua escolha tanto mais que a língua *fon* é “majoritária no vocabulário de Costa Peixoto (82%)” (p. 68).

A utilidade desses cálculos é inegável, pois eles permitem dispor de ordens verificáveis de grandeza. Entretanto, no plano lingüístico, seu valor argumentativo é quase nulo: o argumento estatístico não atinge nunca o estatuto de “prova” lingüística, servindo apenas para constituir uma presunção. A “prova” lingüística repousa exclusivamente em argumentos lingüísticos. No caso do vocabulário de Costa Peixoto, para chegar a uma conclusão válida, teria sido preciso fazer preliminarmente um estudo comparativo e sistemático entre esse vocabulário e os diferentes vocabulários dos diversos falares do mesmo subgrupo lingüístico, isto é, o *gbe*, a fim de demonstrar, unicamente com base em critérios lingüísticos, com quais desses falares ele tem uma relação específica e exclusiva. Na ausência dessa comparação, ignoramos completamente quais são exatamente os falares a que, e em que proporção, esse vocabulário concerne. Em outras palavras, se os dados estatísticos sugerem, em primeiro lugar, o *fon*, isso ocorre também do ponto de vista lingüístico a ponto de excluir, nitidamente, todos os outros falares como sendo lingüisticamente não pertinentes? Sem prova lingüística, haverá sempre dúvida sobre a origem exata do vocabulário da língua “mina”. Lembremos de passagem que, para os lingüistas de hoje, o *fon* faz parte do *gbe*, que é uma “language unit” (grupo de línguas), que engloba 51 “dialetos” (Capo, 1991: 1-6). Daí sua designação atual pelo termo “fongbe”, literalmente “fon-idioma”.

A contribuição essencial desse estudo reside, na verdade, na contextualização, com ajuda de uma documentação particularmente extensa e pertinente, do próprio manuscrito, tanto no plano sócio-histórico quanto etnolingüístico. Essa contextualização concorre seguramente para melhor compreender o sentido do vocabulário específico em língua “mina”, aclarando, por vezes de uma maneira nova, o sentido de certos termos aparentemente obscuros, tais como *gamlimno* ‘gente’ e *cobo*, de ‘cové’, região de agrupamento maí. Ela permite, além disso, apreciar melhor, num plano etno-sócio-histórico, os minidiálogos do texto original.

Nesse estudo, o vocabulário de Costa Peixoto foi reorganizado em ordem alfabética (p. 67-93) e retomado, em seguida, por áreas temáticas (p. 171-185). Os minidiálogos do manuscrito foram “reconstruídos”: “Os diálogos (...) reconstruímos

do manuscrito de Costa Peixoto” (a fim de pôr) “em destaque’: a) o enfrentamento nas relações humanas entre senhores e negros, escravos fugidos ou forros, b) seu processo de socialização e c) suas atividades profissionais e econômicas” (p. 151).

Os lingüistas, de sua parte, lamentarão não dispor, em sua integralidade e em sua textualidade mesma, o texto original do “manual” de Costa Peixoto, permitindo-lhes por esse meio apreender melhor seu co-texto, isto é, as unidades textuais que precedem e seguem as diferentes partes.

O estudo propriamente lingüístico está no final da obra e tem por título: *A língua fon* (p. 187-195). Ele é, entretanto, limitado à morfologia e à sintaxe, pois a fonologia foi anteriormente examinada quando do estudo do vocabulário. As observações relativas à sintaxe propriamente dita (p. 188-189) merecem atenção:

Do ponto de vista sintático, os esquemas são simples... o esquema canônico da frase é:

Circ. + S + V + C + circ.

As marcas verbais se reduzem a:

1. Forma progressiva: *ma...* (p. 188);
2. Forma futuro: *na...* (p. 188);
3. Forma passado: *ko* (já)... (p. 189);
4. Forma negativa: (p. 189):

ma (entre o sujeito e o verbo)

Gam màtim, não tenho a chave. Fon/Gun *gã ma tĩ*).

Adi matim, não tenho sabão. Fon *ai ma tĩ*).

Hémá bouhã, não corta não. Fon *e ma gbò a*.

ma...o... ou – *na....a* > *ma...a* (negação enfática) (cf. Francês “ne...pas”).

E màcodugehã, ainda se não batizou não. Fon *e ma ko duje a*.

Emácógibihã, ainda não pariu não. Fon *e ma ko jivi a*.

Emàtim num ré hã, não tem nada. Fon *ai ma tĩ nu ndé a* (p. 189).

A ausência de conclusão nesse estudo morfossintático deixa uma interrogação, porque ele apresenta o risco de induzir em erro o leitor não avisado, deixando-o eventualmente crer que há coincidência entre a morfossintaxe da *língua geral de mina* de Costa Peixoto e a da *língua fon*. Tal conclusão, não formulada explicitamente, mas aparentemente veiculada pela apresentação dos dados, seria seguramente inexata.

Com efeito, desde o início e ao longo de todo esse estudo, em particular no caso específico dos “diálogos”, toda a demonstração parece repousar numa ambigüidade de fundo. Os exemplos são quase sistematicamente traduzidos, palavra por palavra, para a língua *fon*, na qual cada termo e cada frase da língua “mina” encontra, em face, seu correspondente em língua *fon*.

Essa colocação sistemática em paralelo corre o risco de sugerir que há coincidência entre as duas línguas, tanto no nível de cada um dos signos quanto da

estrutura sintática da frase. Na realidade, não se trata de uma verdadeira “tradução” no sentido habitual da palavra, isto é, de uma tentativa de fazer que o que estava enunciado numa língua o seja também na outra, tendendo à equivalência semântica e expressiva dos dois enunciados. Uma verdadeira tradução deve respeitar a identidade sintática de cada uma das duas línguas em presença. Aqui, temos antes uma “transliteração”, graças à qual se faz corresponder, de uma maneira quase automática, a cada signo de uma língua (L1) um signo na outra (L2). O resultado é lingüisticamente surpreendente: as duas línguas, colocadas face a face, correspondem-se formalmente, com raras exceções, tanto no nível das palavras (signos lingüísticos) quanto da sintaxe. Na primeira fase da análise, a utilidade desse procedimento é incontestável, pois permite ao leitor de hoje descobrir a divisão real da língua “mina”, cuja linearidade torna o texto opaco, revelando assim que, de fato, se Costa Peixoto pôs em evidência o léxico da língua, ele ignorava completamente sua sintaxe subjacente. Entretanto, o texto assim reconstituído não permite concluir que há coincidência sintática entre o *fon* falado hoje e o texto “mina” de Costa Peixoto.

Enuncia-se então uma questão de fundo: a sintaxe do *fon* revelada por esse procedimento de “transliteração” coincide realmente com a sintaxe do *fon* falado no Benim?

Para responder a essa questão, examinemos mais de perto, entre os exemplos acima citados, aqueles que serviram para ilustrar o 4º item “Forma negativa” (p. 189).

Analisando a primeira série, aquela caracterizada pelo “*ma* (entre o sujeito e o verbo)”, pode-se logo afirmar que o emprego do morfema /*ma*/ não corresponde à negação de mesmo tipo atestada em *fon*. Nos três exemplos citados, trata-se de frases do tipo assertivo. Ora, a negação das frases assertivas em *fon* faz-se com o emprego do morfema negativo /*ǎ*/ e não /*ma*/. Além disso, o morfema é colocado depois do verbo ou no fim da frase e não “entre o sujeito e o verbo”.

A respeito disso, convém ir ao texto de B. Seguro (1963). Convém lembrar que essa obra, reeditada em B. Seguro e J. Rassinoux (2000), é o texto de referência escolhido por Pessoa de Castro para tratar da parte do “dicionário” que comporta termos *fon* (p. 69). Rapidamente, dar-nos-emos conta de que há em *fon* duas formas de negação, uma que emprega o morfema /*ǎ*/ e a outra, o morfema /*ma*/:

O morfema /ǎ/: “/ǎ/ depois de um verbo ou no fim da frase indica a negação: É sè ǎ: ele não entendeu, ele não compreende” (p. 1).

Esse tipo de negação aplica-se aos enunciados assertivos e corresponde à verdadeira forma de base da negação em língua *fon*.

O morfema /ma/: “*ma*, *mã*, *mò*: negação com empregos muito diversos: muitas vezes reforçada pela partícula “*né*”; em correlação com a partícula “*a*” interrogativa; para reforçar a partícula negativa “*ǎ*”, ou negativo-interrogativa “*acé*” ou “*a é*”; *ma...ô*: negação empregada também em certas orações subordinadas (finais, impedimento, recusa, interdição); *ma...gê*: não mesmo” (p. 342).

Essa segunda forma de negação aplica-se aos enunciados não assertivos (injuntivo-negativos, interrogativos, interrogativo-negativos).

Reencontram-se essas duas formas principais de negação igualmente em numerosos textos orais publicados por Guédou (1985), lingüista e etnolingüista originário do Benim, falante nativo do *fon* (nascido na periferia de Abomey), que escreveu uma importante e grandiosa obra: “Linguagem e cultura entre os fon do Benim”. Eis três exemplos, dois da forma “assertiva” e o terceiro da “injuntivo-negativa”:

- / a / em posição final:

à sú tà kwé á
//você/pagar/cabeça/dinheiro/não//
“você não pagou o imposto”

xó nyí kànlinzó dḗ á
//palavra/ser/animal-trabalho/algum/não//
“a palavra não é uma tarefa do animal”

- *ma...ó* “injuntivo-negativo”:

mā fàn dḗ xó mí tōn mè ó
//não/retumbar/lançar/palavra/nós de/em/não//
“não faça barulho durante nossa fala”

Diante dessas múltiplas formas de negação atestadas no *fon* do Benim, Costa Peixoto utiliza apenas duas formas, a primeira raramente, a segunda com mais freqüência:

/ma/ diante do verbo, contrariamente ao que ocorre no *fon* do Benim;

/ma/ .../hā ~ hā/, com emprego generalizado, contrariamente ao *fon* do Benim onde o emprego é restrito.

Com base nesses dados, fica claro que a sintaxe de negação da língua “mina” de Costa Peixoto não coincide com aquela atestada na língua *fon*. Ela também não coincide, rigorosamente falando, com a dos principais falares *gbe*, conforme o quadro que segue:

Negação	Mina ('Peixoto')	Eve/Aja	Gen	Fon	Gun
Assertiva	ma ... hā (‘não...não’)	me ... ò dḗ ... ò (‘não...não’)	mú ... ò (‘não...não’)	... á (‘...não’)	mà ... (‘não...’)
Injuntivo-negativa	ma...hā mádohā 'não digas não!' mágume hā 'não me mateis!'	me gâ- ... ò mé-gâ-dzi hā ò 'não cante!'	nùgbà-...ò nùgbà-jó ò 'não parta!'	má ... ó má /dḗ 'não (o) diga!' mí mā yù mí ó 'não me matem'	mà ... bló ò mà wá bló ò 'não venha!'

Põe-se então a questão de saber donde vem exatamente a construção sintática da negação da língua “mina” de Costa Peixoto, assim como seu recurso quase sistemático à dupla negação. Cabe mesmo perguntar-se se essa dupla negação não seria mais um “decalque” do português local da época.

De outro lado, notar-se-á a ausência na língua “mina” de alguns fatos sintáticos que são característicos das línguas do grupo *gbe*: construções seriais dos verbos, nas quais cada verbo pode ser focalizado ou interrogado; construções clivadas do predicado; sintaxe de tipo alienável para as partes do corpo; emprego de pronomes logofóricos. A ausência desses traços sintáticos permite afirmar claramente que a língua “mina”, do ponto de vista sintático, não coincide nem com a língua *fon* nem com qualquer outra língua do grupo *gbe*.

Impressiona-nos, enfim, a ausência de períodos complexos, com exceção de um caso de uma oração condicional. Qual é, então, a verdadeira sintaxe da língua “mina” em relação ao português falado por Peixoto?

Esperando uma resposta a essas questões, mantemos nossa hipótese inicial (Bonvini e Petter, 1998), a saber, que a língua “mina” corresponderia a um falar veicular, mas acrescentando que, na verdade, este último se encontrava numa fase de pidginização (Manessy, 1995: 22-27), isto é, uma fase em que a língua estava submetida ao triplice fenômeno de “adaptação” (= reinterpretação segundo um modelo estrangeiro), de “simplificação” (= diminuição do número de manifestações externas dos mecanismos gramaticais e melhoria de seu rendimento funcional) e de “redução” (= redução a zero da complexidade do sistema lingüístico). Ademais, uma língua com vocação supralocal, proveniente de línguas africanas do grupo *gbe* (subfamília *cuá*), forjada no Brasil, para ultrapassar a dispersão engendrada pela co-presença de diversos falares tipologicamente semelhantes. Ela constituía assim a mais prática e, lingüisticamente, a mais econômica solução.

Século XIX: plurilingüismo africano e língua portuguesa dos escravos negros

O século XIX coincide com a última fase do tráfico negreiro (Vianna Filho, 1946: 78-91), cujas datas mais significativas são: 1815: proibição do tráfico negreiro ao norte do equador; 1826: convenção entre Brasil e Inglaterra para a extinção do comércio de escravos na costa da África; 1831: proibição do tráfico de escravos para o Brasil, por lei de 07/11; 1850: extinção do tráfico no Brasil, pela lei Euzébio de Queiroz. O tráfico ao norte do equador, intenso desde o início do século, prosseguirá mesmo depois de 1815, mas de uma maneira clandestina e orientado principalmente para as regiões situadas mais no interior. A decisão de 1815, porém, deslocando o tráfico “oficial” mais para o sul do equador, contribuirá bastante para expandi-lo para além das zonas tradicionais e, sobretudo, para intensificá-lo. Por consequência, nessa primeira metade do século, o tráfico conhecerá um crescimento sem precedente. É somente a partir de 1840 que a campanha internacional contra a escravidão e a vigilância preventiva das águas do Atlântico pela marinha britânica conseguirão,

progressivamente, neutralizar e, finalmente, suprimir essa atividade que predominou durante três séculos. Em 1836, Portugal proibirá o transporte de escravos por mar; em 1854, vedará a entrada na colônia (Angola) por via terrestre, isto é, dos escravos provindos do império Lunda; é somente em 1878 que a escravidão será oficialmente abolida (Randles, 1968: 223-224).

Essa situação, na verdade, contribuiu para acentuar no Brasil um plurilingüismo africano de que diversos documentos dão testemunho.

Plurilingüismo africano

Banto da África Austral

O primeiro testemunho é dado por Adrien Balbi (1826: 224-226), que menciona “um feliz acaso, (depois de) conhecer Maurice Rugendas, ocorrido há pouco no Brasil... podemos preencher algumas das imensas lacunas que existem na lingüística da África Austral”. É preciso não esquecer que, nessa época, Bleek não tinha ainda nascido e que grande parte da África Austral continuava “terra incognita”, sobretudo, no plano lingüístico. Daí o interesse particular de suas reflexões:

... M. Rugendas teve a boa idéia de interrogar numerosos africanos que o abominável comércio de escravos traz ainda todos os anos para este império do Novo Mundo. Ele conseguiu, por esse meio, obter uma grande quantidade de noções tão curiosas quanto importantes sobre os costumes e as línguas desses infelizes habitantes da África...

Ele lamenta, porém, a perda de certos documentos: “É realmente lamentável que, tendo desaparecido uma parte desses manuscritos, M. Rugendas não possa dar-nos os vocabulários *molua*, *mina*, *caçanje* e outros que ele tinha recolhido...” É interessante notar o emprego dos termos *mina* e *caçanje* para designar, de fato, grandes grupos lingüísticos. E ainda acrescentar: “Devemos, no entanto, a sua amabilidade o *massanja*, o *choambo* e o *matibâni* que não o são menos por causa da posição que ocupam as nações que falam essas línguas. Segundo M. Rugendas, os *massanjas* vivem no interior do Congo, precisamente no norte de Benguela. Os *choambos* e os *matibânis* vivem na costa de Moçambique”.

Na realidade, na obra de Balbi, as línguas são designadas pelos nomes dos povos que as falam, as três últimas correspondem provavelmente e respectivamente ao *imbangala* (H. 30) em Angola, ao *chuabo* (P. 30) e a um falar *tonga* (*inhambane*) (S. 60). Ele faz um quadro comparativo de 26 palavras dessas três línguas seguindo a “ortografia portuguesa”, o qual lhe permite estabelecer que “o *choambo* e o *matibâni* pertencem à família *cafre*, enquanto o *massanja* deve ser classificado com os idiomas da família *congolesa*”.

Chegados a este ponto, que nos seja permitido fazer uma aproximação à guisa de parêntese. Como já foi dito, graças aos dados lingüísticos recolhidos junto aos escravos africanos por Dias, no Brasil, no século XVII, foi elaborada a primeira gramática

sistemática da língua *quimbundo*, a primeira também a mostrar a inadequação do modelo latino dos “casos” para interpretar as classes nominais. Graças ao mesmo tipo de dados, mas desta vez coletados no século XIX, na aurora mesma do estabelecimento da lingüística comparada pelos irmãos Schlegel (1808 e 1818), uma mini-experiência comparativa permitia a A. Balbi classificar três línguas africanas do tipo *banto*, alguns decênios antes dos grandes trabalhos de W. H. I. Bleek. É por um método análogo que, vinte e cinco anos mais tarde, S. Koelle (1854) escreverá *Polyglotta africana* com base em dados recolhidos junto a antigos escravos em Freetown, em Serra Leoa, no qual ele estabelecerá uma classificação geotológica de cerca de 300 línguas africanas.

Plurilingüismo africano na Bahia

O plurilingüismo africano no Brasil só será efetivamente atestado no final do século XIX, graças ao testemunho de Nina Rodrigues. Sua demonstração foi concebida como uma resposta concreta ao apelo urgente lançado em 1879 por Sílvio Romero para se fazerem trabalhos consagrados “ao estudo das línguas e das religiões africanas”, que é citado textualmente por Nina Rodrigues (1977 [1890-1905]: 16-17): “Apressem-se os especialistas, visto que os pobres moçambiques, benguelas, monjoos, congos, cabindas, caçanges... vão morrendo. O melhor ensejo, pode-se dizer, está passando com a benéfica extinção do tráfico”. É nesse estado de espírito que Nina Rodrigues empreende seu levantamento lingüístico e etnográfico junto aos africanos que viviam, na época, na cidade de Salvador. Seu testemunho era ainda mais importante, porque, a partir da segunda metade do século XIX, uma mudança profunda operava-se na Bahia. Como escreve Vianna Filho (1946), na seqüência do desenvolvimento da cultura do café,

instalava-se no país, uma nova modalidade do tráfico... Era o eixo econômico do país que se deslocava para o sul. E com ele ia também o negro, que havia feito a riqueza do norte e agora seguia para enriquecer o sul. Com ele iniciava-se também a mudança do centro político do país.

Foi uma época de desconcentração econômica, durante a qual: “a Bahia despovoava-se de escravos. Em 1815 teria 500.000. Em 1874 não seriam mais de 173.639” (p. 90-91). É à luz desse duplo contexto, extinção da escravatura e desconcentração, que é necessário situar os dados geolingüísticos recolhidos por Nina Rodrigues.

Eles referem-se a seis línguas, atestadas seja em documentos escritos, seja sob a forma oral em palavras recolhidas diretamente junto a africanos ainda vivos na época: “nagô ou iorubá; jeje, êuê ou ewe; haussá; kanúri (língua dos bornus); tapa, nifê ou nupê; língua dos negros gurúnces, g'runcis”.

N. Rodrigues observa, no entanto, que “as línguas africanas faladas no Brasil sofreram para logo grandes alterações, já com a aprendizagem do português por parte dos escravos, já com a da língua africana adotada como língua geral pelos negros aclimados ou *ladinos* (= os escravos negros que já conheciam a língua, os usos e costumes do país)” (p. 122). “Destarte, ao desembarcar no Brasil, o negro *novo* (= recém-chegado) era

obrigado a aprender o português, para falar com os senhores brancos, com os mestiços e os negros crioulos, e a língua geral para se entender com os parceiros ou companheiros de escravidão” (p. 123). Ele precisa, além disso, que, entre as línguas africanas, “duas, as que foram adotadas como línguas gerais, predominavam no país; a nagô ou iorubá na Bahia, a quimbunda ou congoleza no norte e no sul” (p. 129).

Seu levantamento limitar-se-á a coletar dados lexicais suscetíveis de ser explorados por especialistas e chegará a uma lista de 122 palavras, apresentadas sob a forma de quadro sinótico, pertencentes a cinco línguas africanas faladas ainda correntemente na Bahia em sua época: “grunce” (gurúnsi), “jeje (maí?)” (eve-fon), “hauçá”, “canúri” e “tapa” (nupe).

Nina Rodrigues desenvolve igualmente um comentário (p. 129-141) sobre as línguas africanas introduzidas no Brasil, que são repartidas em duas seções: “línguas sudanesas, ou do grupo central, e línguas austrais, línguas cafreais, ou do grupo banto”. Desse comentário, tomemos, em particular, o que ele escreve a propósito do nagô ou iorubá. Depois de lembrar seu papel de “língua geral desempenhado na Bahia” (p. 130), ele nota que:

A língua nagô é, de fato, muito falada na Bahia, seja por quase todos os velhos africanos das diferentes nacionalidades, seja por grande número de crioulos e mulatos. Quando neste Estado se afirma de uma pessoa que esta fala língua da Costa, entende-se invariavelmente que se trata do nagô. Ela possui mesmo entre nós uma certa feição literária que eu suponho não ter tido nenhuma outra língua africana no Brasil, salvo talvez o haussá escrito em caracteres árabes pelos negros muçulmis. E que muitos negros que aprenderam a ler e a escrever corretamente esta língua em Lagos, nas escolas dos missionários, têm estado na Bahia e aqui o têm ensinado a negros baianos que já a falavam (p. 132).

Nina Rodrigues fala de “uma certa feição literária”. A propósito disso, convém notar que o iorubá foi uma das primeiras línguas da África Ocidental a conhecer uma tradição escrita, graças a diferentes trabalhos lingüísticos, notadamente os clássicos de Samuel Ajayi Crowther sobre o vocabulário (1843) e a gramática (1852). Depois, a língua *iorubá*, que tem uma vintena de dialetos, tornou-se uma das três principais línguas da Nigéria (com o *hauçá* e o *ibo*). Ela adquire o estatuto de língua padrão (“Standard Yoruba”) e é objeto de ensino desde a escola primária até a universidade, ao menos em certas universidades. Como escreve, num estudo recente, J. Benga Fagborun (1994: 10-11),

a língua iorubá passou a ser escrita há cerca de cento e cinquenta anos. Desde então, tem uma forma reconhecida ou uma *koiné*... Esse tipo de língua é usado na escola (para ensinar nativos e estrangeiros); nos meios de comunicação de massa; nos lugares públicos como igrejas e reuniões políticas. É a língua usada na literatura.

Em outras palavras, o fato de essa língua passar a ser escrita e, por isso, passar a ter novos usos, sobretudo literários (“Literary Yoruba”), introduz nela importantes inovações, não somente lexicais, mas também estruturais, tanto morfossintáticas como

morfossemânticas. Essas inovações aparecem, sobretudo, no uso que dela fazem os escritores iorubás, mas elas derivam também do impacto do inglês sobre a significação e a própria estrutura do enunciado iorubá. J. Benga Fagborun traça sua história, mas, ao mesmo tempo, desvela a maneira como a língua nivelou as formas dialetais, importando itens de outras línguas. Daí sua conclusão:

Essa base histórica da koiné iorubá mostrou que ela não foi nunca um dialeto histórico falado (em seu sentido mais amplo). Foi antes uma língua criada pelos escritores iorubás a partir do núcleo de vários dialetos e outras línguas (p. 37).

Essas observações deveriam contribuir para apreender melhor a especificidade do *iorubá* atestado no Brasil em relação ao *iorubá* da Nigéria.

O português falado pelos africanos

A citação acima de Nina Rodrigues pôs em evidência que “ao desembarcar no Brasil, o negro *novo* (= recém-chegado) era obrigado a aprender o português, para falar com os senhores brancos, com os mestiços e os negros crioulos” (p. 123). Mas como ele o falava?

Hoje dispomos de poucos documentos da primeira metade do século XIX que permitem responder a essa questão de maneira satisfatória. Os primeiros testemunhos escritos sobre esse tema, citados por Silva Neto (1963: 109), são de Saint-Hilaire (1820) e de Schlichthorst (1824). Eles são particularmente lamentáveis, impressionistas e superficiais, quando notam que os escravos “conservam alguma coisa de infantil, eles chegam a fazer-se entender em três meses, mas, como as crianças, têm dificuldade de pronunciar o *r* e a seqüência *sr*”. Essas observações, feitas por viajantes em busca de exotismo, deixam transparecer certa visão do falante inculto – e escravo, além disso –, que contribuiria, com sua pronúncia, para deteriorar a língua portuguesa.

Imitações do falar dos negros (“falar xacoco”) aparecem também na literatura em 1831. Esses documentos, no entanto, não bastam para fazer uma idéia minimamente precisa do modo real, próprio dos africanos, de exprimir-se em português.

Já pelo final do século, os testemunhos fazem-se mais precisos, embora sejam reduzidos. É o caso do emprego generalizado, entre os negros de origem banta, do morfema /Zi-/ como prefixo, tanto no nível da palavra isolada, quanto no dos sintagmas de determinação e do enunciado complexo. A extensão desse emprego foi mesmo sublinhada como emblemática da maneira de exprimir-se dos negros no Brasil.

João Ribeiro (1897: 271) sublinhou-lhe a importância, notando que sua presença no enunciado contribui para criar uma estrutura aliterativa característica das línguas bantas:

Os negros no Brasil quando fallam o portuguez repetem por alliteração a *particula prefixa* (itálico no texto) inicial em todo o corpo da phrase:

Z'ere	Z'mandou	Z'dizé
Elle	Mandou	dizer

Este facto é uma reminiscência da gramática geral das línguas do *bantú*: a concordância por alliteração.

É preciso, no entanto, notar que, malgrado sua semelhança, o morfema **Zi-** [~ **ʒi**] dos “negros no Brasil” não coincide com o classificador **ji-** ‘plural’ da classe 10 do quimbundo, que era sua função inicial. Em seu emprego recente, esse morfema não é mais uma marca de classe, mas um morfema plurifuncional, suscetível de intervir em diversos níveis da estrutura gramatical de uma maneira generalizada: nomes, sintagmas de determinação, enunciados.

Concluindo, o estudo real e sistemático da maneira como os negros brasileiros se exprimiam em português no século XIX está por ser feito².

Século XX: as línguas africanas, línguas confinadas

Dois acontecimentos caracterizaram o fim do século XIX: primeiro, a abolição da escravatura (1888); depois, a nova distribuição econômica representada pela cultura do café que levou a uma redistribuição geográfica da massa dos ex-escravos e de seus descendentes.

O primeiro acontecimento teve como efeito quase imediato o declínio progressivo e, finalmente, a extinção da maior parte das línguas africanas que estavam ligadas até então à escravidão e que tinham sido regularmente alimentadas, durante mais de três séculos, por um aporte maciço de escravos em zonas geográficas bem definidas, geralmente delimitadas pelo tipo de produção econômica: cana de açúcar, tabaco, mineração. Nessas zonas, certas línguas africanas tinham-se sucedido, ao longo do tempo, sob a forma de língua veicular (“língua geral”): quimbundo, “mina”, iorubá, permitindo, ao mesmo tempo, que o português coexistisse com as línguas africanas, ao longo dessa sucessão, sob a forma de alternância de códigos.

A nova conjuntura econômica, que levou a uma redistribuição geográfica da massa de ex-escravos, operou igualmente uma mutação lingüística. De um lado, a utilização da língua portuguesa estendeu-se a toda a população negra e, além disso, ao impor-se no dia-a-dia, pôs fim à alternância inicial e secular de códigos entre a língua portuguesa e as línguas africanas. De outro lado, as antigas línguas, principalmente as veiculares (quimbundo, “mina”, iorubá) foram confinadas a um uso “interno”, específico de uma determinada população, como ferramentas de preservação identitária, de autodefesa e de sua afirmação como grupo. Elas foram “refuncionalizadas” como línguas de especialidade num contexto de clandestinidade, aprendidas ou transmitidas, seja sob a forma de *línguas culturais* reservadas aos cultos ditos afro-brasileiros, seja sob a forma de *línguas “secretas”*.

Línguas cultuais

Elas foram empregadas, desde o século XIX, nos cultos ditos afro-brasileiros. Estes são principalmente de dois tipos: os da espécie candomblé, mais próximos da tradição africana, e os da espécie umbanda, que justapõem diversas tradições, africana, indígena e europeia (catolicismo e espiritismo). Os candomblés, segundo suas subdivisões internas (nagô-queto, jeje, angola...), empregam diversas línguas: iorubá (majoritária), eve-fon (jeje), quimbundo-quicongo (angola)..., que são consideradas como marcas identitárias e utilizadas da mesma maneira que os rituais, para distinguir as diferentes sortes de culto. No plano lingüístico, trata-se mais de formas pidginizadas, em razão da proveniência de seu fundo lexical e da ausência do funcionamento gramatical característico da língua epônima de referência. O acesso a elas é, na verdade, difícil pelo fato de serem reservadas, no mais das vezes, aos iniciados. Elas servem de suporte ao ritual: cânticos, saudações, nomes-mensagens de iniciados. Destinam-se também à comunicação no interior da comunidade cultual. Nos cultos de tipo umbanda, ao contrário, a língua é bastante próxima do português brasileiro dito popular, mas demarca-se dele por seu vocabulário, por seu semantismo e por marcas morfossintáticas, segundo a entidade espiritual que a utiliza. Como se presume que são proferidas por entidades, recebidas pelo médium em estado de transe, a pesquisa sobre essas línguas torna-se ainda mais difícil. Ademais, existe uma especificidade lingüística própria a cada entidade, de forma que se podem facilmente distinguir, pela sua maneira de expressar-se, os *Caboclos* (espíritos aperfeiçoados de ancestrais indígenas autóctones), as *Crianças* (espíritos infantis), as *Pombagiras* e os *Exus* (espíritos das trevas).

Línguas secretas

São línguas utilizadas pelas populações negras isoladas, constituídas geralmente de descendentes de antigos escravos e, às vezes, de antigos quilombolas. Elas são emblemáticas como núcleos de “resistência” cultural negro-africana e foram assinaladas em diversas localidades de Minas Gerais. Até agora, no entanto, apenas duas dentre elas foram estudadas e são, por isso, mais conhecidas: a de Tabatinga (Queiroz, 1998), situada num bairro pobre da periferia de Bom Despacho, e a do Cafundó (Vogt e Fry, 1996), comunidade rural negra situada em Salto de Pirapora, a 150 km de São Paulo.

Elas têm em comum o fato de ser uma espécie de código secreto que serve, de preferência, como meio de ocultar as conversas, principalmente em presença de estranhos. É provável que essas línguas tenham exercido essa mesma função no passado a fim de esconder dos senhores as palavras trocadas entre os escravos, sobretudo quando eles planejavam fugas. Hoje elas continuam a exercer esse papel, mas, freqüentemente, transpostas para outros conflitos sociais.

No plano lingüístico, essas línguas partilham um fundo lexical do tipo *banto*, mas enquanto a do Cafundó se aproxima de uma forma pidginizada, a de Tabatinga

avizinha-se mais daquilo que se designa como “português popular brasileiro”. Além disso, a língua de Tabatinga parece constituir um exemplo típico de substituição simbólica. Com a queda do regime de escravidão, ela foi utilizada mais para marcar as diferenças entre os brancos e os negros: o que conta principalmente é que os brancos não têm acesso a ela (Queiroz 1984: 20).

Em direção a uma “reafricanização”

Por volta dos anos 70, um fenômeno novo, que recebe o nome de “reafricanização”, produziu-se no seio dos cultos afro-brasileiros. No plano lingüístico, traduziu-se pela valorização quase exclusiva da língua iorubá. Esse movimento exprime de fato o desejo de uma maior autenticidade no que concerne à “africanidade” dos cultos. A pedido de seus responsáveis (pais e mães de santo) e sob o impulso de intelectuais nigerianos, cursos de iorubá foram ministrados, não somente aos iniciados, mas também a todos aqueles que desejavam aprofundar a prática do candomblé. Um turismo local organizado para a Nigéria e transmissões televisivas tanto de cultos afro-brasileiros quanto dos cultos correspondentes na Nigéria amplificaram a tendência a uma determinada “iorubanização” desses cultos, o que levou certos “pais de santo” a alinhar seus próprios rituais aos modelos importados da Nigéria, mesmo no caso dos cultos até então estranhos a esses modelos. Esse tipo de “reafricanização” chegou, com muita freqüência, a uma solução redutora no plano lingüístico, pois a autenticidade lingüística africana foi assimilada ao emprego exclusivo da língua iorubá da Nigéria, enquanto no Brasil a realidade histórica mostra que o vocabulário de base das línguas culturais é muito mais diferenciado. As principais línguas culturais de referência são: a) eve, fon, gun, maí para os cultos do tipo “jeje mina”; b) iorubá (nagô) (dialetos falados na Nigéria Ocidental e o nagô, do reino de Queto, do Benim) para os cultos do tipo “nagô, queto, ijexá”; c) quicongo-quimbundo-umbundo para os cultos do tipo “angola, congo-angola, etc.” (cf. Castro, 2001: 81-82).

Para uma abertura teórica e metodológica

Alternância de códigos

Na seqüência deste percurso histórico, fica muito claro que nenhum documento devidamente identificado e datado menciona a existência, no curso desses quase cinco séculos, de um crioulo no Brasil. Ao contrário, os documentos inventariados colocam-se todos a favor da existência de uma alternância de códigos (“code switching”) na qual a língua portuguesa serve constantemente de pólo de referência em relação às

línguas africanas que se sucederam, geralmente a título de língua veicular: no século XVII, o *quimbundo*; no século XVIII, a língua “mina”; no XIX, principalmente a língua *iorubá*, mas também, em alternância, outras línguas: *gurúnsi*, *jeje* (maí?), *eve- fon*, *hauçá*, *canúri* e *tapa* (*nupe*).

Todas as línguas africanas chegadas ao Brasil foram, na verdade, línguas retiradas de seu nicho ecológico, submetidas a diversas rupturas – fonológicas, morfossintáticas e semânticas –, niveladas pela ausência de variantes dialetais e confrontadas com novos contatos lingüísticos. Os dados históricos fazem aparecer nitidamente uma mudança de seu estatuto lingüístico. Na sua primeira fase, o *quimbundo*, na realidade, já veicular em Angola antes de ser trazido para o Brasil, exerce, entretanto, neste último, o papel integral de língua por, ao menos, duas razões: sua utilização na escrita num contexto religioso, já na própria Angola, sob a forma de catecismo, em 1642 (“*Gentio de Angola...*”), depois sua gramatização no Brasil por Pedro Dias (1697). Numa segunda fase, passou-se claramente ao estatuto de língua veicular africana assumido pela língua “mina” de Costa Peixoto (1731-1741). Depois, no século XIX, é um plurilingüismo africano que se afirma, graças ao qual diversas línguas da África coexistiram numa só região, embora ignoremos ainda seu estatuto sociolingüístico. Enfim, no século XX, um número muito limitado de línguas (*eve- fon*, *iorubá*, *quimbundo*) foi “refuncionalizado” como línguas de “resistência” cultural negro-africana. O *iorubá* é também a única que parece ter sido objeto de uma tentativa de “reafricanização”.

Como em nenhum lugar se menciona a presença histórica de um crioulo africano de base portuguesa, a despeito do fato de que seguramente escravos transitaram, antes de sua chegada ao Brasil, por lugares de espera onde se falava esse tipo de crioulo (ilhas de São Tomé, Ano Bom e Cabo Verde), é razoável pensar que, na maior parte dos casos e numa duração de vários séculos, a única opção lingüística deixada aos escravos que desembarcavam no Brasil foi a de uma “alternância de códigos” do tipo “code switching”, obrigados que eram a optar seja pelo emprego do português, seja pelo de uma língua africana, veicular ou não, já empregada por aqueles que os precederam.

Empréstimos lexicais

A reflexão acadêmica, relatada na primeira parte, incidiu mais sobre o eventual impacto das línguas africanas sobre o português falado no Brasil do que sobre as próprias línguas africanas. De modo muito particular, ela focalizou sua atenção, de um lado, nos numerosos empréstimos lexicais das línguas africanas, designados, às vezes, como “africanismos”; de outro, em alguns traços fonológicos, morfológicos e sintáticos, interpretados como marcas diferenciadoras que permitem distinguir o português dito popular do português chamado acadêmico ou padrão, com vistas a fundamentar a existência ou não de um processo de criouliização.

A propósito dos empréstimos lexicais, convém lembrar que, qualquer que seja seu número (estimativas recentes avaliam-nos em mais de 3000), as palavras de origem africana são claramente em menor número do que as de origem indígena (tupi-guarani). Uma verdadeira análise sistemática e paralela dos dois tipos de empréstimos nunca foi feita e, no entanto, ela aportaria um importante esclarecimento sobre os contatos das línguas do período da escravidão e, finalmente, sobre a identidade lexical do português falado atualmente no Brasil. Além disso, tendo a integração dos termos de origem africana sido feita em épocas diferentes, é inexato colocá-los todos no mesmo plano. Alguns desses empréstimos foram, aliás, integrados ao português numa época anterior a seu emprego brasileiro e suas formas atuais, ao figurar no português atual do Brasil, permitem caracterizá-los como pertencentes a uma segunda geração de empréstimos. A primeira, que é também a mais próxima da língua-fonte, encontra-se já, por exemplo, no português falado em Angola no século XVI e no começo do XVII.

De outro lado, entre os empréstimos, conviria separar os termos de especialidade, isto é, os termos técnicos empregados no interior dos cultos afro-brasileiros – muitas vezes facilmente reconhecíveis porque não estão ainda submetidos ao nivelamento fonológico da língua portuguesa –, daqueles que estão realmente integrados ao léxico do português e são utilizados fora dos limites setoriais do vocabulário de especialidade.

Enfim, em matéria de realidade lexical, é inapropriado e muito restritivo empregar o conceito de “influência” exercida por uma língua-fonte (aqui, línguas africanas) sobre uma língua-alvo (no caso, o português). Trata-se antes da capacidade desta última língua de apropriar-se dos termos necessários a sua própria expressividade, qualquer que seja sua origem.

Traços fonológicos, morfológicos e sintáticos

Se o argumento da presença de termos de origem africana foi invocado sobretudo pelos defensores da hipótese de uma influência das línguas africanas, o argumento dos traços fonológicos, morfológicos e sintáticos foi notadamente empregado em apoio às teses em favor da “crioulização” e da “semicrioulização”. Holm (1992) resume claramente seus principais traços: a) fonologia: estrutura silábica CV, processo de desnasalização, palatalização, alternância de /e r/; b) morfologia: flexão verbal reduzida, ausência de concordância sujeito-verbo, marca de número no primeiro termo do sintagma nominal, emprego do pronome objeto, referência definido/indefinido; c) sintaxe: marca pré-verbal; predicação não verbal, dupla negação, focalização do predicado, equivalência reflexivo/passivo, redobro, *ter* e *estar*, *falar p’a*, posições *ni*, *na*, \emptyset .

A utilidade desse inventário é incontestável, como também o é sua aproximação com os crioulos. Conviria, no entanto, hierarquizar esses traços. Com efeito, como sublinha Manessy (1995: 49),

de um ponto de vista descritivo, (essas) características [...] podem ser classificadas comodamente em duas categorias, segundo elas favoreçam a perceptibilidade do enunciado ou sua inteligibilidade. Dizem respeito à inteligibilidade os processos concernentes à expressão das categorias gramaticais e das relações sintáticas.

Essa distinção é importante, porque ela condiciona, em parte, a interpretação ulterior dos dados.

Entretanto, apenas tomar em consideração traços fonológicos, morfológicos e sintáticos não permite chegar a uma conclusão aceitável. A interpretação desses traços exige ser confrontada e reavaliada com a ajuda de outras aproximações lingüísticas, tanto sincrônicas quanto diacrônicas, primeiro, *in loco*, no Brasil, em seguida, fora do Brasil.

No próprio Brasil, uma primeira aproximação impõe-se com o *tupi*, pois também em relação a ele o termo “influência” foi empregado. Serve de prova o próprio título do artigo de Robl: “Alguns problemas da influência tupi na fonética e morfologia do português popular do Brasil”. Entretanto, o autor precisa em sua conclusão que

o contacto lingüístico entre portugueses e tupis não implicou na introdução de elementos gramaticais tupínicos no português do Brasil, tirante uns três sufixos, de pouca vitalidade, aliás. Na realidade, o que houve foram adaptações fonéticas e reduções morfológicas, sem alteração, porém, do sistema, vale dizer, verificou-se apenas uma ação aloglótica, que acentuou o caráter conservador e, principalmente, acelerou a deriva inovadora: duas tendências do português do Brasil, a partir do século XVI (1985: 177).

Essa última reflexão conduz-nos a um segundo tipo de aproximação que convém estabelecer, mas desta vez, com o português falado em Portugal, o português da história, mas também dialetal. Révah convida-nos a isso. Depois de ter criticado a afirmação de Gonçalves Viana no século XIX, segundo a qual a maior parte das particularidades da pronúncia brasileira “não são relíquias do português continental de outras eras, mas sim um produto crioulo, um defeito de pronúncia estrangeira...”, ele apóia-se em diversos trabalhos que incidem sobre o conjunto do território brasileiro, entre os quais *O dialecto caipira*, de Amadeu Amaral, para constatar que “o sistema fonético e morfológico é mais ou menos o mesmo em toda parte e os traços distintivos que isolam, em certa medida, o falar caipira são arcaísmos portugueses bem caracterizados, que seria impossível atribuir à influência tupi”. Ele acrescenta: “O que levou os filólogos brasileiros a aceitar tão facilmente a denominação de ‘dialetos crioulos’ para seus falares populares foi, de fato, o sistema morfológico cujo caráter português lhes pareceu impossível defender... Atribuem-se essas simplificações escandalosas aos indígenas e aos negros que teriam sido incapazes de assimilar o sistema morfológico da língua-padrão luso-brasileira” (1959: 277). Ele não nega, de maneira absoluta, toda influência tupi ou, sobretudo, africana, mas sublinha que a simplificação morfológica foi, “antes de tudo, provocada por duas leis fonéticas (queda do -s no final das palavras e desnasalização do è)”. Precisa, logo em seguida, que “simplificações morfológicas da mesma natureza e da mesma origem fonética encontram-se em Portugal” (1959: 277-278).

A posição metodológica de Révah leva-nos a insistir na necessidade de operar um terceiro tipo de aproximação, que se revela indispensável, se não se quer encerrar o português falado no Brasil numa espécie de “ilha” lingüística. Vários traços lingüísticos evocados, tanto fonológicos quanto morfológicos e sintáticos, são igualmente atestados no português falado em dois outros países situados ao sul do equador e historicamente ligados ao Brasil: Angola e Moçambique. Estudos recentes, apresentados sob a forma de tese, notadamente dois feitos por franceses, puseram em relevo, de maneira sistemática, traços similares no português falado em cada um desses dois países: para o português de Moçambique, M. Laban (1999) e para o da Angola, J.-P. Chavagne (2005). Um e outro, quando é o caso, estabelecem remissões, tanto para as semelhanças quanto para as diferenças, seja ao português falado no Brasil, seja ao falado em Portugal, seja a um ou outro dos países africanos implicados. Por isso, é possível fazer uma comparação sistemática dos dados numa escala mais ampla. Tal comparação é muito mais necessária do lado brasileiro, porque o Brasil, durante séculos, foi o motor principal das relações atlânticas, em particular com Angola. Esses contatos lingüísticos foram ininterruptos. Mas hoje eles se agigantaram, porque o Brasil reexporta sua língua por potentes meios – ensino, literatura e mídia – tanto para Angola como para Moçambique. A essas aproximações, conviria acrescentar aquelas, mais recentes, provindas de outras línguas, européias e não européias.

Em si, o conjunto dessas aproximações deveria permitir estabelecer, no português falado no Brasil, a especificidade de cada aporte. Entretanto, coloca-se em relação a elas uma questão de fundo: essas aproximações, por mais variadas que sejam, bastarão para apreender a verdadeira identidade do português falado no Brasil? Uma observação de ordem metodológica do africanista Manessy daria a impressão de negá-lo:

...os autores que crêm descobrir, em estados anteriores ou contemporâneos, o esboço dos traços que caracterizam tal variedade veicular (ou tal crioulo que dela provém) são vítimas de um erro de perspectiva. Eles imputam à substância da língua o que é apenas o efeito contingente de um certo modo de sua utilização. Em todos os tempos e em todos os lugares, uma língua, qualquer que seja sua estrutura, é suscetível de conhecer empregos que desencadeiam a operação de processos latentes, normalmente contidos pelas exigências do bom uso. O fato notável é que essa operação produza resultados similares, independentemente dos materiais lingüísticos a que é aplicada (1996: 61).

É verdade que G. Manessy exprime-se dessa maneira a propósito das línguas veiculares, mas seu ponto de vista parece ter um alcance mais geral.

Descentrando a problemática, da natureza intrínseca da língua para a de sua utilização, ele dirige a atenção para uma realidade que se situa para além dos limites geográficos e tipológicos das línguas. Modificações análogas são atestadas na maior parte das grandes famílias lingüísticas africanas, qualquer que seja sua diversidade tipológica, até no árabe, e mesmo nas línguas dos colonizadores, inglês, francês,

português. Para estas últimas, a norma dominante não é sempre a forma padrão, escolar e administrativa. Formas vernáculas coexistem, caracterizadas pela simplificação das estruturas gramaticais e por um relaxamento da tradição sociocultural que permite libertar a língua das coerções normativas.

Línguas africanas: línguas orais

Como já se explicou, as línguas africanas historicamente atestadas no Brasil foram essencialmente línguas orais. Somente o *quimbundo* teve escrita e foi gramatizado e, num grau menor, também a língua “mina”. O tempo, aliás, obliterou esses dois acontecimentos e isso se deu mais facilmente porque eles foram produzidos por falantes aloglotas. Entretanto, mesmo na ausência de escrita e de gramatização, as línguas africanas, ao vir da África, conheciam já certa codificação ligada ao uso da fala. Ela manifesta-se sob forma de “interditos” de proferimento relativos ao espaço, ao tempo e aos interlocutores e também sob forma de aprendizagem das manipulações das imagens e dos símbolos (análoga a nossa retórica), conjunto de regras específicas das sociedades ditas de tradição oral.

Embora num grau menor, encontram-se no Brasil formas análogas no emprego das línguas e da “fala” no seio dos cultos do tipo candomblé, onde coexiste, aliás, uma verdadeira tradição oral africana (Bonvini 1989), que se manifesta pelo valor intrínseco atribuído à noção de fala (ritualizada na iniciação e na adivinhação) e aos textos orais que ela utiliza (narrativas, contos, provérbios, cânticos e diversos textos ligados a atividades rituais). Nada disso, ao contrário, ocorre no culto de tipo umbanda, onde é o português que predomina.

Como já se disse, quanto à língua portuguesa utilizada pelos escravos e seus descendentes, importa distinguir seu uso no interior dos cultos (na umbanda, sobretudo) daquele que tem lugar fora deles. Com efeito, não está em causa o mesmo nível de língua. No primeiro caso, trata-se de uma língua de especialidade, que difere, aliás, segundo as entidades espirituais implicadas.

Os escravos africanos: aloglotas

Num e noutro caso, entretanto, tratando-se de descendentes de escravos, é preciso estabelecer o princípio de que a língua portuguesa falada resulta, na partida pelo menos, da apropriação, no local de trabalho, da língua dominante, feita por aloglotas mantidos socialmente à margem da comunidade que a praticava. Isso pode explicar a existência ou a coexistência de estados sucessivos de apropriação sob forma de aproximações no domínio da língua, primeiro no plano semântico-lexical e depois no morfossintático. Trata-se, sobretudo, de uma língua estritamente oral e não

normatizada, no duplo sentido de ausência de um uso reconhecido, definido, codificado, até ensinado, e ausência igualmente da codificação tradicional da “fala” própria às sociedades africanas, de “tradição oral”, que se acaba de evocar. Isso implica que as condições de seu emprego são mais importantes do que o cuidado de executar uma norma, acomodando-se sua utilização prática muito bem a aproximações na estruturação e no agenciamento dos enunciados.

Se se acrescentam os fatos de que, de um lado, seu uso é marcado por um determinismo funcional que privilegia a eficácia e a economia de esforço e que acaba por reduzir a língua a ser apenas um instrumento de comunicação e, de outro lado, de que os falantes aloglotas da época da escravidão não eram “neutros”, mas carregados de hábitos, de reflexos, de pressupostos histórica e culturalmente marcados, sobretudo no plano semântico-cognitivo, torna-se fácil conceber que essa mesma língua está mais próxima de um conjunto de usos de enunciação do que de regularidades condicionadas por normas codificadas.

Por esse motivo, é sem sentido conceber essa realidade lingüística como uma entidade coerente e “monolítica” e também querer estabelecer como regras gramaticais o que, na realidade, é somente um conjunto de usos enunciativos. É, sobretudo, excessivo tentar modelizá-la sob forma de “gramática”, no sentido clássico da palavra, e compará-la, de um lado, com as línguas africanas de origem, em termos de superestrato ou substrato, e, de outro, com a língua portuguesa normatizada. Em relação a esta última, levando em conta a diversidade das línguas que, historicamente, entraram em contato, africanas e não africanas, é indubitavelmente preferível prever uma gramática de tipo “poliletal” (“hiperlíngua”?). Sempre segundo Manessy (1995: 14-15), “a ausência de uma norma reconhecida põe às claras modos de exercício da linguagem mascarados nas línguas ‘normais’ pela pressão do bom uso, que cria a ilusão de uma unidade factícia, aliás, sociolingüísticamente necessária à perenidade do falar”, tornando-se a existência da norma indispensável para justificar o sentimento de constituir uma comunidade.

É preciso provavelmente imputar à conjunção dos reflexos histórica e culturalmente marcados dos falantes e desses modos de exercício da linguagem certos processos (simplificação, redução) fonológicos e morfossintáticos comuns ao português do Brasil chamado popular e aos pidgins, crioulos e línguas veiculares da África negra, sem, por isso, estabelecer uma dependência direta entre um e outros. É possível e provável que escravos que falavam crioulo tenham vindo para o Brasil, mas isso não basta para provar que houve uma influência dos crioulos africanos no português do Brasil.

Metodologicamente, parece importante pensar, primeiro, a realidade lingüística brasileira como o resultado de uma configuração sociolingüística que lhe é própria e da qual é necessário não excluir também a possibilidade do aparecimento de novos falares, sem que haja, por essa razão, filiação contínua e arborescente a partir de uma língua de

origem (Manessy, 1995: 14). É indispensável não separar a análise dos fatos da língua de sua significação social, sobretudo quando se trata de interpretar a variação e a adaptação do instrumento lingüístico às tarefas que ele deve assumir, num contexto onde, além de tudo, a pressão normativa é relaxada ou ausente e onde as modificações observadas não resultam obrigatoriamente das tendências inerentes aos sistemas lingüísticos.

Enfim, um outro elemento a levar em consideração é o caráter institucional que uma língua adquire no seio da comunidade ou, mais exatamente, a representação que os falantes se fazem daquilo que constroem no enunciado. Os crioulos são habitualmente assumidos como idiomas de comunidades distintas da de origem. A ausência dessa representação no Brasil em relação ao português falado em confronto com o escrito e normatizado impede de considerar o primeiro como um crioulo. Ao contrário, nos cultos de umbanda, as variedades de expressão em que aparecem mais claramente traços “aberrantes” em relação ao português padrão e mais próximos daqueles atestados em alguns crioulos da África são explicitamente assumidas como elementos característicos de uma língua diferente, peculiar às “entidades” que são veneradas nesses cultos. Entretanto, em virtude da ausência de estudos sistemáticos, nada permite determinar se se trata de reminiscências de estados de línguas antigamente faladas ou de línguas novas atribuídas a essas entidades.

Conclusão

A exposição que acaba de ser feita é, antes de tudo, descritiva. Tentou-se descrever, numa visão um tanto quanto panorâmica, também no plano histórico, as diferentes facetas da relação “línguas africanas – língua portuguesa” no Brasil. Essa relação não foi das mais simples. Instaurada há séculos e inscrita no próprio coração do tráfico, ela desenvolveu-se no Brasil num jogo de alternâncias e de contatos lingüísticos em que as línguas africanas exerceram, sucessivamente, um papel cada vez menos determinante em face daquele preenchido pela língua portuguesa. Elas passaram de um estatuto inicial de língua plena e generalizada (*quimbundo*), primeiro, ao de língua veicular e pidginizada (“*mina*”), em seguida ao de língua veicular (*iorubá*) geograficamente circunscrita e limitada a um contexto plurilíngüe e africano, para acabar numa fase de extinção progressiva, por falta de renovação suficiente de seus falantes, sobrevivendo finalmente apenas em lugares confinados, sob forma de línguas cultuais ou secretas.

Paralelamente, o português afirmou-se progressivamente, até atingir, em sua fase atual, o estatuto de língua oficial de referência. Entretanto, esse mesmo português, durante séculos, foi constantemente colocado à prova de um uso inabitual, o de uma maioria de falantes, na época da escravidão, essencialmente “aloglotas”, prenhes de hábitos e reflexos lingüísticos, notadamente no plano semântico-cognitivo, que lhe eram

estranhos. Durante séculos, ele foi submetido a um determinismo funcional que privilegia a eficácia e a economia de esforço. É desses contatos múltiplos e constantes que, provavelmente, resultam sua flexibilidade e, ao mesmo tempo, sua fluidez estruturais, mas também seu dinamismo interno, feito de resistência e de inovação. Certamente, o essencial não está no fato de que sua estrutura tenha ou não permanecido intangível e idêntica a si mesma, mas de que ela tenha sido objeto de constantes reconstruções.

Para compreender tal realidade movente e inovadora, os conceitos de “influência” e de “crioulização” revelaram-se insuficientes, para não dizer inadequados. No presente, é altamente desejável que outros conceitos operatórios os substituam.

(Tradução: José Luiz Fiorin)

Notas

- ¹ A primeira chegada de escravos negros em Salvador data de 1550, mas o início provável de um tráfico regular de escravos para o nordeste do Brasil remonta a 1568. Nessa época, Portugal já tinha uma experiência de mais de um século de escravidão com a importação direta de escravos da África, que já tinham conhecido os problemas de aprendizagem da língua portuguesa e cuja maneira de exprimir-se já tinha sido objeto de peças de teatro.
- ² Uma coleta sistemática das citações de negros nos textos literários está sendo feita atualmente por Tânia Alkmim da Universidade Estadual de Campinas.

Bibliografia

- BALBI, A. (1826). *Introduction à l'atlas ethnographique du globe*. Paris: Rey & Gravier.
- BAXTER, Alan Norman (1992). “A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulização prévia: um exemplo do estado da Bahia”. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (eds.). *Actas do Colóquio sobre “Crioulos de base lexical portuguesa”*. Lisboa: Colibri, p. 7-35.
- BIRMINGHAM, D. (1966). *Trade and Conflict in Angola (The Mbundu and their Neighbours under the Influence of the Portuguese 1483-1700)*. Oxford: Clarendon Press.
- BONVINI, E. (1989). “Tradition orale afro-brésilienne. Les raisons d'une vitalité”. In: *Graines de parole, puissance du verbe et traditions orales. Textes offerts à Geneviève Calame-Griaule, réunis par l'équipe du CNRS “Langage et Culture en Afrique Noire”*. Paris: Editions du CNRS, p. 153-163.
- _____. (1993). De l'Afrique au Brésil: avatars de langues et de langages. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*. São Paulo: Abralin, 14: 341-349.
- _____. (1993). “Créole(s) au Brésil? Esquisse d'une problématique”. In: REY-HULMAN; M.-J. J. D. (org). *Jeux d'identités. Etudes comparatives à partir de la Caraïbe*. Paris: Editions L'Harmattan, p. 55-70.
- _____. (1996). Repères pour une histoire des connaissances linguistiques des langues africaines. I. Du xv^e au xviii^e siècle: dans le sillage des explorations. *Histoire, Epistémologie, Langage*. Paris: 18 (2): 127-148.
- _____; PETTER, Margarida Maria Taddonio (1998). Portugais du Brésil et langues africaines. *Langages*. Paris: 130: 68-83.
- BOXER, C. R. (1973). *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. Trad. Oliveira de Oliveira Pinto. São Paulo: Nacional/Edusp.
- BRÁSIO, A. (1973). *História e missiologia. Inéditos e esparsos*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- CARO, H. B. C. (1991). *A Comparative Phonology of Gbe*. Berlin/New York/ Garome (Benim): Foris Publications/Labo Gbe.

- CASTRO, Yeda Pessoa de (1976). *De l'intégration des apports africains dans les parlers de Bahia au Brésil*. Tese de doutorado. Université Nationale du Zaïre, 2 v.
- _____ (1980). *Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia*. Salvador: UFBA/CEAO.
- _____ (2001). *Falares africanos na Bahia (Um vocabulário afro-brasileiro)*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- _____ (2002). *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Secretaria de Estado da Cultura.
- CHAVAGNE, J.-P. (2005). *La langue portugaise d'Angola. Etude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*. Tese de doutorado. Lyon: Université Lumière Lyon 2, Faculté de Langues, 3 v.
- ELIA, Silvio (1979). *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão.
- FAGBORUN, J. G. (1994). *The Yoruba Koiné. Its History and Linguistic Innovations*. München/ Newcastle: Lincom Europa.
- FERREIRA, Carlota (1969). "Remanescentes de um falar crioulo brasileiro: Helvécia- Bahia". In: FERREIRA, Carlota et alii. *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: PROED/UFBA, p. 21-31.
- FRY, P. (1982). *Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FRY, P.; VOGT, C. (1984). A comunidade do Cafundó. Mafambura e Caxapura: na encruzilhada da identidade. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: 6: 111-128.
- GORDON JR.; RAYMOND G., (ed.) (2005). *Ethnologue: Languages of the World*. 15. ed. Dallas (Texas): SIL International. Online version: <http://www.ethnologue.com>.
- GUÉDOU, G. (1985). *Xo'et gbè. Langage et culture chez les fon (Bénin)*. Paris: SELAF.
- GUY, Gregory (1981). *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of Phonology, Syntax and Language History*. Ph D. Dissertation. University of Pennsylvania. Ann Arbor: University Microfilms International.
- _____ (1989). On the Nature and Origins of Popular Brazilian Portuguese. *Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, p. 227-245.
- HAIR, P. E. H. (1965). Temne and African Language Classification before 1864. *Journal of African Languages*. Londres: 4 (1): 46-56.
- HOLM, John (1987). "Creole Influence on Popular Brazilian Portuguese". In: GILBERT, G. (ed.). *Pidgin and Creole Languages*. Honolulu: University of Hawaii Press, p. 406-429.
- _____ (1992). "Popular Brazilian Portuguese: a Semi-Creole". In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (eds.). *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de base lexical portuguesa"*. Lisboa: Edições Colibri, p. 37-66.
- _____ (1994). A semicrioulização do português vernáculo do Brasil: evidência de contacto nas expressões idiomáticas. *Pápiá, Revista de crioulos de base ibérica*. Brasília: Universidade de Brasília/Thesaurus 3(2).
- LABAN, M. (1999). *Mozambique: particularités lexicales et morphosyntaxiques de l'expression littéraire en portugais*. Tese de doutorado. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, UFR d'Etudes ibériques et latino-américaines, 2 v.
- LEITE, S. (1947). Padre Pedro Dias, autor da "Arte da língua de Angola", Apóstolo dos negros no Brasil. *Portugal em Africa* IV(Segunda série): 9-11.
- MANESSY, G. (1995). *Créoles, pidgins, variétés véhiculaires, procès et genèse*. Paris: Editions du CNRS.
- MATTOSO, K. M. de Q. (1979). *Etre esclave au Brésil: XVI- XIX^e siècle*. Paris: Hachette.
- MELO, Gladstone Chaves de (1946), (1981). *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão.
- MENDONÇA, Raimundo (1933). *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer.
- NARO, A.; SCHERRE, Marta (1993). Sobre as origens do português popular do Brasil. *Revista D.E.L.TA*. São Paulo, 9, n. especial: 437-454.
- _____ : _____. (2007). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- _____ (1973). *Crioulização e mudança natural. Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1978). A Study on the Origins of Pidnization. *Language*, 54 (2): 314-347.
- PINTO, Edith Pimentel (1981). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2: 1920-1945; fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/Editora da USP.
- QUEIROZ, S. M. de M. (1984). *A língua do negro da Costa: um remanescente africano em Bom Despacho (MG)*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: FALÉ, UFMG.
- _____ (1998). *Pé preto no barro branco. A língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: UFMG.
- RAIMUNDO, Jacques (1933). *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença.
- RANDLES, W. G. L. (1968). *L'ancien royaume du Congo des origines à la fin du XIX^e siècle*. Paris/ La Haye: Mouton.

- REVAH, I. S. (1959). "Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI^e-XVII^e siècles?". In: *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros* Lisboa: p. 273-292.
- RIBEIRO, João (1897). *Dicionário grammatical*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Clássica/Francisco Alves.
- ROBL, A. (1985). Alguns problemas da influência tupi na fonética e morfologia do português popular do Brasil. *Letras Curitiba*, 34: 155-179.
- RODRIGUES, R. N. (1977 [1890-1905]). *Os africanos no Brasil*. Revisão e prefácio de Homero Pires. Notas biobibliográficas de Fernando Sales. São Paulo: Nacional.
- SEGUROLA, B. (1963). *Dictionnaire fon-français*. Cotonou, Benim: Procure de l'Archidiocese.
- _____ ; RASSINOX, J. (2000). *Dictionnaire fon-français* Madrid: SMA (Société des Missions Africaines).
- SILVA NETO, Serafim da (1950). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença.
- SILVEIRA, Luís (ed.) (1945). *Obras novas de língua geral de mina de Antônio da Costa Peixoto*. Lisboa: Agência Geral das Colônias.
- TARALLO, Fernando (1993). "Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias". In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). *O português brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Unicamp, p. 35-68.
- VIANNA FILHO, L. (1946). *O negro na Bahia*. Prefácio de G. Freyre. São Paulo: J. Olympio.
- VOGT, C.; FRY, P. (1982). A "descoberta" do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil. *Religião e Sociedade*. "Da tradição Nagô". São Paulo, 8: 45-52.
- _____ ; _____. (1996). *Cafundó. A África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras.